

A CONJUGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL À ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO SISTEMA BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

MAURO MÁRCIO OLIVEIRA¹

RESUMO - Neste trabalho investiga-se a conjugação do crédito rural à assistência técnica governamental, no Brasil, desde o início de sua prática (década de 1950). A hipótese de trabalho implícita, que orientou a elaboração deste documento é a de que o crédito rural passou a ser um fim em si mesmo para o Serviço de Extensão Rural, por conta da receita operacional proporcionada pelo seu agenciamento. As constatações mais salientes são: a) a montagem do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1964, tem muito a ver com a experiência precedente do Serviço de Extensão Rural que, a partir de sua fundação no País propugnava pela referida conjugação; b) tal conjugação foi um poderoso instrumento para alinhar a atuação do Serviço de Extensão Rural à política agrícola; c) o “caráter social” do Serviço viu-se afetado negativamente pela crescente importância dedicada ao crédito rural; d) do ponto de vista da auto-suficiência financeira para o Serviço de Extensão Rural, a vinculação com o crédito não conseguiu ultrapassar a ordem de grandeza de 10% do orçamento extensionista, quando considerado todo o País; e) o papel de “vilão” do crédito rural deve ser revisito em função do padrão de crescimento geográfico do próprio Serviço, o qual impediu a criação, no mesmo período de conjugação intensa com o crédito, de condições operacionais satisfatórias para a prática de sua filosofia de trabalho.

¹ Eng.^o-Agr.^o M.Sc., Economia, Extensionista da EMBRATER, Av. W.3 Norte, Quadra 515, Bloco C, 3.^o andar – CEP 70000 – Brasília, DF.

THE LINK BETWEEN RURAL CREDIT AND TECHNICAL ASSISTANCE IN BRAZIL: ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF THE BRAZILIAN SYSTEM OF TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION

ABSTRACT - This work examines the link between rural credit and government technical assistance in Brazil since its beginnings in the 1950's. The working hypothesis that guided this document maintains that: for the Rural Extension Service, rural credit became an end in itself because of the operational budget provided by the service. The major observations are: a) the creation of the National System of Rural Credit in 1964 was closely connected with the previous experience of the Rural Extension Service, which, from the moment it was created, vindicated the link; b) linkage was a powerful instrument to align the activities of the Rural Extension Service with agricultural policies; c) the service's "social character" was negatively affected by the growing importance of rural credit; d) from a Rural Extension Service financial self-sufficiency standpoint, linkage with credit did not represent more than 10% of the extension budget, for the country as a whole; e) the "villain" role attributed to rural credit must be reviewed in view of the geographic expansion of the Rural Extension Service which, during the period of intense linkage with credit, impeded more satisfactory operational conditions for the practice of its work philosophy.

INTRODUÇÃO

De forma pioneira, a Extensão Rural, ainda na década de 50, colocou em execução, "programas de crédito rural", em conjunto com algumas instituições financeiras, com todas as limitações possíveis de se imaginar para a época. De sua experiência, cresceu a convicção de que o crédito rural, quando conjugado com a assistência técnica, poderia constituir-se num poderoso instrumento de modernização da estrutura produtiva rural, a exemplo de experiências análogas de outros países.

A institucionalização do crédito rural, sob a designação do Sistema Nacional do Crédito Rural - SNCR, foi considerada um coroamento de todo o esforço até então desenvolvido. A expectativa, a partir de então, era multiplicar, de forma acelerada, o aumento da produção, da produtividade e a melhoria das condições de vida do produtor rural.

Nos últimos anos, entretanto, através de avaliações e depoimentos, cristalizou-se a concepção de que a ênfase ao crédito rural levou ao decréscimo da qualidade do Serviço de Extensão Rural no País, seja pelo fato de o extensionista ter-se

envolvido com a elaboração de projetos e com o acompanhamento de sua aprovação e desembolsos junto aos agentes financeiros, seja pelo fato da atividade creditícia ter sido encarada como fonte significativa de recursos financeiros para a própria instituição.

A proposição deste trabalho é a de analisar a conjugação do crédito rural com a assistência técnica no País, explorando algumas interrelações entre esta mesma conjugação e o padrão de crescimento da Extensão Rural, além de destacar os efeitos da intensidade da atividade creditícia com os métodos, princípios e prioridades do sistema de extensão.

PEQUENO HISTÓRICO

Inspirado num dos modelos norte-americanos (Farm Security Administration, hoje Farm Home Administration), a Extensão Rural implantada no País, em 1948, preconizou, desde seu início, o uso do crédito.² Até 1960/62, a modalidade de crédito mais veiculada pela Extensão Rural (de fato, pela ACAR e ANCAR) foi a supervisionada (Crédito Rural Supervisionado – CRS), mediante a qual se promovia a “aplicação do empréstimo segundo um projeto que abrange, globalmente, a propriedade e o lar, interessando o agricultor e a família em suas atividades, no campo e na vida doméstica” (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1966: 20). De todas as Associações de Crédito e Assistência Rural – coordenado pela ABCAR, a que mais cedo iniciou e aprofundou suas experiências com crédito rural foi a ACAR de Minas Gerais.

Voltada fundamentalmente para o pequeno produtor, a Extensão Rural encontrava grandes dificuldades para sensibilizar os agentes financeiros a operarem na modalidade de CRS junto a seu público. O pequeno produtor era considerado quase um marginal, o que tornava – do ponto de vista bancário – as operações muito arriscadas. Outras grandes dificuldades eram a fraca capilaridade da rede bancária, a falta de estrutura administrativa para operar, a baixa qualificação profissional dos bancários, a insuficiência de recursos, a falta de documentação por parte dos produtores e a excessiva burocracia para registro dos contratos nos cartórios, entre outros.³

² O que aliás ficou consagrado na sigla do Serviço: ACAR, ACARES, ACARESC, ANCAR, ABCAR, onde a letra C indica a palavra crédito.

³ Ver depoimento de José Alfredo Amaral de Paula – ACAR – a Romeu Padilha. Em função desse preconceito, a ABCAR costumava registrar em seus Relatórios de Atividades o percentual de recuperação dos empréstimos de seus beneficiários, na verdade sempre elevado (ver os de 1958, 60 e 61 como exemplo).

Com o advento, em 1954, da ANCAR — Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural — consolidam-se, na opinião de José Alfredo⁴, duas correntes de opinião no Sistema quanto ao crédito. A ACAR-MG, que já havia avançado com suas experiências, na vinculação do crédito à assistência técnica, defende a concentração do uso do crédito em atividades produtivas, enquanto a “corrente nordestina” dá maior ênfase ao caráter social do crédito.

Influenciada pela insensibilidade e refratariedade dos agentes financeiros em expandir as operações de crédito rural vinculado à assistência técnica, a ACAR-MG, já a partir de 1959, é levada a definir parâmetros para selecionar beneficiários com maior capacidade de resposta quanto à aplicação do crédito rural. Este exercício foi fundamental para a orientação de trabalhar com médios e grandes produtores com os recursos provenientes do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, assinado três anos depois.

Após algumas tentativas esparsas da ANCAR e do BNB, em 1956, a modalidade “Orientado” (Crédito Rural Orientado — CRO) — é aplicada de forma sistemática, a partir de 1960, pela ACARES (Espírito Santo). O CRO se aplica no caso de “melhoramento de determinada cultura ou explorações pecuárias, levando (o agricultor) a adotar técnicas mais aperfeiçoadas” (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1966:19). É a modalidade que, com maior propriedade, se identifica com o processo de modernização da agricultura.

A partir desta ocasião é avassalador o crescimento das operações de CRO. No ano seguinte, 1961, ele já é aplicado também em Santa Catarina e Bahia. Em 1962, o Governo do Estado de Minas Gerais assina com o BID para que a Caixa Econômica Estadual opere com o CRO (além das modalidades de CRS, CRHabitacional, CRJuvenil). Em 1963, o número de contratos e o montante alocado através do CRO ultrapassam, pela primeira vez, os respectivos totais para o CRS (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1964:62). Em 1968, o CRS participa com apenas 4%, ficando CRO com 84% e a diferença com os créditos juvenil e habitacional (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1969a:65) até que em 1971 a ABCAR já não mais menciona o CRS em seu relatório.

Na estratégia de aliar o Crédito à Extensão, um papel muito importante esteve reservado ao Banco do Brasil, que se mostrava não muito receptivo à idéia. Den-

⁴ Depoimento de José Alfredo Amaral de Paula, técnico da ACAR-MG. Uma consequência importante destas posições é que no primeiro caso pretendia-se resguardar o Agente Financeiro de qualquer prejuízo decorrente da operação enquanto no caso do Nordeste, entendia-se que o caráter social do crédito importava ao Agente Financeiro todos os riscos decorrentes da eventual não-recuperação do crédito aplicado.

tro dos limites estreitos das normas bancárias prevalecentes à época, não cabia a noção do “crédito tecnificado”. Receber o apoio do Banco do Brasil era tão importante que o mesmo participou como fundador e mantenedor da ANCAR e da ABCAR à sua própria revelia. O primeiro convênio entre o Banco do Brasil e a ABCAR, para a aplicação do crédito rural supervisionado, data de 1958, sendo renovado em 1961.

PORQUE O CRÉDITO É IMPORTANTE — O PONTO DE VISTA DA EXTENSÃO

O primeiro momento: Siber

“As pesquisas efetuadas no campo agrônômico, assim como as solicitações do próprio desenvolvimento exigem mudanças de larga escala no comportamento dos agricultores. Sem as condições financeiras adequadas a tais mudanças, as informações técnicas fornecidas pela Extensão não poderão ser postas em prática na plenitude em que o exige o processo de crescimento econômico do País. Dentro dessa perspectiva, o crédito torna-se um instrumento eficiente na implementação dos programas de melhoria do bem-estar existente no meio rural. Com essa compreensão, o Sistema se tem preocupado, também, como o setor de provisão de capital, com o objetivo de tornar mais significativo para o produtor a assistência que lhe dá. Embora sem exercer funções financiadoras, ao Sistema cabe, nesse setor, um trabalho de alto conteúdo não só educativo como também econômico e social, qual seja a elaboração de planos de administração da empresa rural e a orientação e a supervisão do uso dos recursos financeiros obtidos, fixando-se como meta nesse trabalho o progresso da comunidade como um todo (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1968: 12).

A estratégia que a Extensão delineou para tanto, foi a ação conjugada com o Crédito Rural Supervisionado — CRS. Por esta abordagem, considerada a mais adequada para os pequenos produtores — público da Extensão — “as famílias rurais selecionadas recebiam empréstimo, a curto prazo, para custeio da produção, combinado com planejamento agrícola e doméstico, e supervisão de suas operações agrícolas durante o ano” (Ribeiro & Wharton Junior 1975: 151). Na sua fase inicial — 1948/1955 — e este texto expressa a experiência da Extensão em Minas Gerais, a primeira no País, o público prioritário era o grupo de “pequenos agricultores mais pobres”.

Ao longo da ação da ACAR, foi desenvolvida uma classificação das famílias rurais em três grupos, para fins de provável qualificação para crédito supervisionado:

- a) **agricultores grandes:** administrativamente sofisticados, tecnologicamente modernos e geralmente com acesso ao crédito;
- b) **agricultores médios;**
- c) **agricultores pequenos:** propriedades pequenas demais para oferecer condições mínimas de subsistência ou proporcionar uma base modesta para formação de capital, que praticam técnicas tradicionais e que são deficientes demais em todos os aspectos, para poder tirar proveito do Programa de Extensão Rural.

Com base nesta classificação, a ênfase do CRS passou a recair, pouco a pouco, no grupo de agricultores médios. Afora a seleção deste grupo, foi necessário delimitar no seu interior — por limitações de tempo e de recursos — as famílias consideradas “primeiras adotantes, com base nas curvas de adoção de novas práticas” (Ribeiro & Wharton Junior 1975:152).

Após 12 anos de experiência (1948-1960), a ACAR estabelece quatro tipos de crédito (supervisionado, orientado, para o lar, juvenil) dos quais interessa contrapor o supervisionado ao orientado (CRO), pela sua importância. Neste, o lar não é financiado; visa a melhorar os níveis de produção, produtividade e renda. É um crédito à produção e indicado às “famílias que deixaram o CRS” (Ribeiro & Wharton Junior 1975:152).

No contexto do CRO — um crédito à produção — o subsídio ocupa lugar de destaque. No caso dos pequenos agricultores, a taxa de juros subsidiada era considerada como fator redutor da “sensibilidade ao risco, visto que tantos estão tão próximos dos níveis de subsistência. O empréstimo possibilita ao agricultor adotar uma nova prática ou tecnologia, que envolve um custo adicional; o subsídio encoraja-o a tentá-lo, e a supervisão fornecida dá-lhe mais um suporte técnico com a nova prática” (Ribeiro & Wharton Junior 1975:155-6). A despeito dessa possibilidade desejada, evidências em contrário, surgem a partir de estudo de avaliação da ACAR (Alves 1968), realizado em 1968. Dados os resultados encontrados nesta avaliação, o autor levanta hipótese de que, frente ao subsídio embutido na taxa nominal de juros do empréstimo, os produtores poderiam “estar visando a aumentar o ativo,

ao invés de maximizar a renda”. Ou então: “a compra de terras, como barreira contra a inflação, é muito mais importante do que seu uso como fator de produção. A consequência disso é que a eficiência técnica poderá ser um objetivo relativamente sem importância para a população rural. Assim, as melhores propriedades poderão ter níveis muito baixos de eficiência, simplesmente porque estão interessadas apenas com o acúmulo de ativos” (Ribeiro & Wharton Junior 1975:159-61).

Ademais, “avaliações rigorosas, efetuadas junto às famílias (de pequenos produtores) atendidas, indicam uma substancial melhoria da produção e das condições de vida da família. Entretanto, o impacto da ação sobre os níveis globais de produtividade da área atendida e o efeito direto da ação educativa sobre as condições de vida da população rural, como um todo eram, via de regra, inexpressivos” (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a:16).

Deste momento, deve ser finalmente realçado o fim da década de 60, quando é instituída a Taxa de Assistência Técnica – TAT. O SNCR havia sido institucionalizado pouco antes e em 1969, estabelece-se a remuneração aos serviços de assistência técnica.

Mais tarde, ... “O Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou, realmente, a redefinir sua ação, marcada por ênfase nos aspectos agropecuários, caracterizados como fomento à produção e um acentuado incremento no uso do crédito rural” (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a:16).

O segundo momento: SIBRATER

“O aumento da produção ou o crescimento da economia agrícola poderá ser alcançado através da incorporação de novas áreas e/ou da modernização da agricultura. A modernização expressa a incorporação de padrões técnicos, vigentes em centros mais desenvolvidos, por parte dos centros mais tradicionais. Na agricultura, a modernização se refere ao processo de melhoria da produção agrícola pela adoção de técnicas modernas” (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a:19). “A modernização, buscando acelerar a expansão da produção agrícola e reduzir seus custos, está estreitamente vinculada às exigências da economia global. Em outras palavras, a modernização pode contribuir para que a produção continue crescendo a taxas elevadas, de modo a não ser perturbada por tensões inflacionárias provenientes do setor para manter a capacidade de importação, em níveis satisfatórios” (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a:22).

“Dentro desses conceitos, o Sistema EMBRATER exercerá, prioritariamente, uma ação mobilizadora de outras estruturas do sistema agrícola e não agrícola, nos diversos níveis de atuação, no sentido de facilitar ou viabilizar a sua função de transferência de tecnologia” (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a: 23).

“A EMBRATER reconhece a importância do papel do crédito rural no processo de transferência de tecnologia, principalmente como viabilizador de adoção de pacotes tecnológicos. Entretanto, reconhece, também, que o crédito tem se tornado um fim em si mesmo, em detrimento de sua função de apoio à modernização tecnológica no meio rural. Por isso, todo esforço deverá ser feito para desobrigar o Sistema EMBRATER das funções nitidamente bancárias de crédito, liberando seus recursos humanos e materiais para cumprirem seu objetivo básico de incremento ao nível tecnológico”.

“Quanto aos beneficiários do crédito rural, a EMBRATER deverá atender aos produtores empresariais, sem deixar de enfatizar a concessão de crédito para pequenos e médios proprietários, através de cooperativas ou associações de agricultores (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a: 26).

“Como Empresa, a EMBRATER deverá receber remuneração pelos trabalhos que seus técnicos realizarem para os diversos sistemas financeiros” (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a: 26).

“De acordo com o economista Eliseu Alves, um programa de crédito, dentro de um plano de expansão da produção agrícola, deverá cumprir dois objetivos:

1. Ajudar o agricultor a mover-se para a combinação ótima de recursos. Quando há imperfeições no mercado de capitais que, aliás, é a situação normal, via de regra os agricultores utilizam seus recursos aquém do nível ótimo. Nestas condições, o crédito rural pode entrar como um recurso capaz de maximizar a renda do produtor e aumentar a produção, em termos absolutos. Aspecto importante, nesta função do crédito, é que não são requeridos novos ensinamentos, isto é, não há modificações do nível de tecnologia utilizado.

2. Viabilizar uma nova tecnologia. Neste caso, o objetivo é alterar o sistema de produzir. Esta modificação pode ocorrer nas atividades da unidade produtiva ou fora dela, ou seja, nas atividades de comercialização. Observe-se que se está usando o termo “viabilização” e não “introdução”. É comum, em abuso de linguagem,

falar-se em introdução de tecnologia por intermédio de crédito. Realmente, o crédito rural é incapaz de modernizar a agricultura por si mesmo. A viabilização da nova tecnologia se processa de duas maneiras: uma delas como consequência do incentivo proporcionado por taxas negativas de juros e a outra por oportunizar os recursos que o agricultor somente viria dispor no futuro, através da poupança. O crédito rural possibilita, assim, a aquisição de um conjunto de insumos que, de outra maneira, o produtor não teria condições de obter.

É interessante ressaltar a implicação dos dois conceitos básicos deste texto: por um lado o crédito rural pode aumentar a produção sem propiciar modificação nos níveis de tecnologia, ou seja, apenas contribui para a expansão da área cultivada. Por outro, mesmo quando utilizado dentro de uma perspectiva de modernização da agricultura, o crédito se mostra, por si só, insuficiente para modificar os níveis de tecnologia.

Embora esses conceitos possam ser aceitos como válidos, estarão presentes na prática, diversos fatores tendentes a induzir uma super-atenção à concessão de crédito, independentemente de sua efetiva contribuição ao esforço de aumento da produção e produtividade. É preciso considerar que, mesmo quando se estiver tratando de estimular a expansão da área cultivada, esse serviço deverá fazê-lo através da introdução de tecnologia que apresente vantagens relativas para o produtor em termos de produtividade física econômica (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1975a:67-8).

RESULTADOS E INTERPRETAÇÕES

Premissas para a discussão

Como já foi mencionado, o crédito rural aqui deve ser entendido no contexto da modernização da agricultura.

A modernização para o Brasil, assim como para a América Latina, surge no ocaso das ações da Aliança para o Progresso como uma resposta capitalista à reforma agrária cubana. A modernização veio, neste caso, acompanhada da noção de uma reforma agrária conservadora. Com a modernização, pretende-se cumprir uma série de papéis: ampliar o mercado de bens de consumo e de insumos agropecuários, provenientes da indústria, com o que se viabiliza a implantação e consolidação dos setores voltados para estas mercadorias e se contribui para a manutenção das taxas

de expansão do PIB; alcançar competitividade internacional de forma a, conquistando mercado, fortalecer o fluxo de entrada de divisas para o País e reduzir o déficit na balança comercial; promover o abastecimento interno de forma a se conseguir menores preços para o consumidor.⁵

A tentativa foi sempre a de transplantar a figura do “Empresário” para o campo, sua filosofia, seus métodos de trabalho, sua racionalidade. Com isso, espera-se, de um lado um aumento da produção e da produtividade e, de outro, a sustentação da política de substituição de importações que, no caso dos insumos industriais para a agropecuária, é mais recente.

A ideologia da modernização se aprofunda com a internacionalização mais rápida e abrangente dos setores não agrícolas, vinculadas às atividades rurais (Bueno 1980 e Guimarães 1980). Ao lado disso, o critério de seletividade é a “maior capacidade de resposta”, o que conduzirá ao privilégio das regiões mais desenvolvidas, dos grandes produtores e dos “produtores modernos”, o que, de alguma forma, é consentâneo com a noção geopolítica do País como potência emergente.

Neste contexto, o rebatimento da modernização agrícola no plano governamental leva a uma correção de rumos e à consolidação do tripé pesquisa agropecuária-assistência técnica-crédito rural. Ao crédito rural, institucionalizado em meados da década de 60, é preciso associar a tecnologia, desdobrada em geração (EMBRAPA surge do DNPEA, em 1972/73) e difusão (EMBRATER surge da ABCAR, em 1974). A operacionalização deste esquema vai ser garantida, enquanto papel do Governo, pela criação de uma série de fundos financeiros específicos para o fornecimento seletivo do capital aos setores, regiões ou tipos de produtores considerados prioritários. São exemplos desta forma alocativa, a criação do FUNAGRI, do Programa de Integração Nacional – PIN e Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste – PROTERRA, dos empréstimos para a pecuária do BID e BIRD, do PROBOR e dos Programas Especiais entre outros.

Como se reconhece com GRIFFIN (Griffin 1972), que os mercados de “fatores” no meio rural, a exemplo do crédito, são altamente “imperfeitos”, dado o poder de monopólio desfrutado pela parte mais bem situada da população rural (Brasil. Ministério da Agricultura 1974:128), foi necessário promover a aceleração da oferta de crédito rural, como forma de suprir o capital necessário para a aquisi-

⁵ Tais objetivos permanecem e se ampliam nos períodos que se seguem. Ver I PND (72/74); II PND (75/79) e III PND (80/85). Outras funções como a substituição de importações, geração de empregos e contribuição ao programa energético também são mencionadas.

ção dos insumos industriais pelos produtores. Para funcionar como verdadeiro instrumento de viabilização das tecnologias propostas pelo aparato governamental, a maior disponibilidade de capital tem de ser combinada com estímulos de subsídios de forma a estimular a demanda. De um lado isso permitirá a incorporação mais rápida de terras e força de trabalho ao processo produtivo e, de outro, constituirá uma garantia para absorção dos insumos industriais voltados à agricultura. As dimensões e a natureza do crédito exigido pelas características da produção agropecuária só podem ser atendidas, em sua grande maioria, pelo próprio Governo.

Da forma como foi defendida pela Extensão Rural e mais tarde consagrada nos dispositivos legais que institucionalizaram o crédito rural no País, o ideal seria o crédito educativo sob cuja forma os recursos financeiros desempenhariam, com a máxima eficiência, seu papel de instrumento para a difusão e adoção de tecnologias. Decorre daí que o Serviço de Extensão Rural deveria crescer *pari passu* com o Sistema de Crédito Rural, de maneira a efetivar, em qualquer ponto do território nacional, a conjugação tão desejada. Por trás dessa conjugação tem-se, como visto, uma complexa teia de interesses que visam, no fundo, a intensificação do processo de acumulação capitalista, que tem gerado, no País, uma conhecida série de iniquidades.

Diante de todas evidências concentracionais no País, a reforma agrária, na sua expressão ampla, perde substância. Persiste, entretanto, o problema da pobreza, dos desníveis sociais, dos desequilíbrios regionais. Para tanto, o Governo lança uma estratégia simultânea, qual seja a dos programas regionais, com a característica de que para o Nordeste, eles visam, como público beneficiário, aos pequenos produtores. Mesmo neste caso, a política de desenvolvimento rural integrado assume, também, o princípio da modernização⁶ (Brasil. Presidência da República 1971: 24-5, 1974: 62 e Wilkinson 1982).

Este é, de forma resumida, o contexto no qual se discutirá a conjugação do crédito com a assistência técnica. Daqui para frente, o âmbito das discussões será propositadamente restringido, buscando enfocar as conseqüências desta conjugação para a Extensão Rural, num período determinado.

⁶ Tanto o I PND quanto o II PND fazem menção à estratégia de transformar em economia de mercado a sua agricultura tradicional.

A conjugação do crédito com a assistência técnica — efeitos observados

Revendo a influência do crédito

A estratégia do desenvolvimento rural com base na modernização impõe, no âmbito da esfera estatal, a harmonização — entre outros — do crescimento da oferta de crédito com o da assistência técnica, de forma a generalizar a tecnificação deste mesmo crédito. Em nenhum momento a Extensão Rural deixou dúvidas quanto a sua posição favorável de conjugar o crédito à assistência técnica. Daí ela ter sempre lutado para a generalização do crédito rural e ter conseguido influenciar razoavelmente a implantação do Sistema hoje existente. A experiência da Extensão Rural com o crédito antecede, pelo menos, em dez anos sua oficialização, e, desde o início desta experiência até 1969, a eventual motivação derivada da TAT não existiu simplesmente porque o princípio gerador de tal receita só foi implantado, de forma ampla e generalizada a partir das definições da Carta Circular n.º 8, de 1969.⁷

Independente da oferta de crédito nas agências bancárias situadas nas regiões de produção, a Extensão Rural tem sido considerada uma instituição pioneira em termos de sua expansão. Tanto assim, que um dos problemas mais freqüentes para a manutenção de extensionistas em escritórios novos tem sido a falta de serviços de infra-estrutura dos municípios selecionados. Na vigência do SIBER (56/73), um dos critérios de alocação de recursos do Governo Federal administrados pela ABCAR, era a proporcionalidade ao número de escritórios locais em funcionamento, em cada Unidade Federativa. Isso fez com que as Filiadas da ABCAR buscassem abrir o máximo possível de escritórios, para que se beneficiassem dos recursos federais. De outro lado, a atitude dos dirigentes da Extensão Rural, pelo menos no período da SIBER — quando as instituições eram privadas, de utilidade pública — foi a de viabilizar politicamente o Sistema através da abertura de escritórios, com estrutura mínima possível. A imagem vendida pelo dirigente era a de que a Extensão cobria “tantos por cento do estado”. Vender a imagem da instituição por este lado é,

⁷ A diferenciação do crescimento com e sem TAT foi testada de duas maneiras diferentes. Para o primeiro caso, usou-se como variável a taxa de crescimento anual do número de escritórios locais e para o segundo, o número líquido de escritórios abertos ano a ano. Os períodos foram 54/69 e 69/81, tomando 1969 como o divisor. Pelo primeiro critério, é significativa ao nível de 1% a superioridade da taxa de crescimento dos escritórios locais no período que antecede a remuneração da assistência técnica. Pelo segundo critério, a significância — não ao nível de 1% mas ao de 5% — é para o número de escritórios abertos após o ano de 69. Se, de um lado, poderíamos refutar o uso da primeira variável porque os recursos “não financiam taxas de crescimento”, por outro seria de se esperar que o número médio de escritórios abertos no período recente (dada a grande base territorial já conquistada) fosse maior do que no período precedente. Com isso, não se entende a conveniência de apelar para a decisão com base neste critério estatístico.

do ponto de vista econômico-financeiro, muito mais barato do que a ampliação da força de trabalho para atingir “tantos por cento da população”. Mesmo os políticos (Governadores, Secretários de Agricultura) contribuíram para a postura ao condicionarem a liberação de recursos à abertura de novos escritórios.

As suposições iniciais de atribuir à conjugação com o crédito rural os “desvios” da Extensão Rural devem admitir a importância de outros elementos explicativos de mesma grandeza. Com maior detalhe tentar-se-á explicitar alguns “padrões de crescimento” verificados nos últimos 25 anos. O padrão é dado pelo par de observações das seguintes relações: municípios/escritório local (m/e) e técnicos de nível local, da área agropecuária/escritório local (a/e). Os valores da série histórica (Tabela 1 e Fig. 1) para as duas variáveis, foram divididos em “Alto” (A) e “Baixo” (B). Com isso, obtêm-se quatro combinações possíveis, na ordem (M/E) (A/E): AA, AB, BA, BB. Os resultados obtidos, por região, são a seguir mostrados:

Regiões	Padrões por período	Pontos extremos	
Norte	BB (66/74) e BA (75/81)	BB	BA
Nordeste	AB (56/75), AA (76/79) e BA (80/81)	AB	BA
Sudeste	BB (56/69) e AA (70/81)	BB	AA
Sul	BB (56/78) e BA (79/81)	BB	BA
Centro-Oeste	BB (56/75), AA (76/78) e BA (79/81)	BB	BA
Brasil	BB (56/69), AB (70/75), AA (76/78) e BA (79/81)	BB	BA

Historicamente, a instalação do Serviço de Extensão Rural para quatro das cinco regiões, começou pelo padrão BB. Isto revela a combinação de dois elementos: área de atuação por escritório concentrada e poucos técnicos por escritório local, ou seja a equipe mínima de extensionistas trabalhando no município – sede, e no máximo, em outro vizinho, com boas condições de acesso. Presentemente, predomina o padrão BA, significando concentração de área de atuação do escritório local mas agora com equipe local de extensionistas ampliada (a média de A/E dos primeiros cinco anos da série é de 1,33, enquanto a dos últimos cinco anos é 3,12). Entre estes extremos comuns, nem todas as associadas, de cada uma das cinco regiões, passaram pelos mesmo caminhos. No Norte, assim como no Sul, a evolução não mostrou muitas nuances. As dificuldades para instalação de escritório naquela região (que ainda permanecem) associadas ao grande tamanho territorial de seus municípios impuseram a restrição do raio da ação de cada Escritório Local, chegando ao ponto – como hoje é comum – de existir mais de um escritório por município ($M/E < 1$). No caso do Sul, a subdivisão do território em pequenos municípios e uma postura de se trabalhar com grupos de produtores (o que foi possível graças à densidade de-

A CONJUGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL

TABELA 1. Número de escritórios (ESLOC), de municípios assistidos (MUN), de Técnicos Locais da área agropecuária (A) e relação municípios/escritórios (M/E) e TNLa/Escreitórios (A/E), para o Brasil, período 54/81.

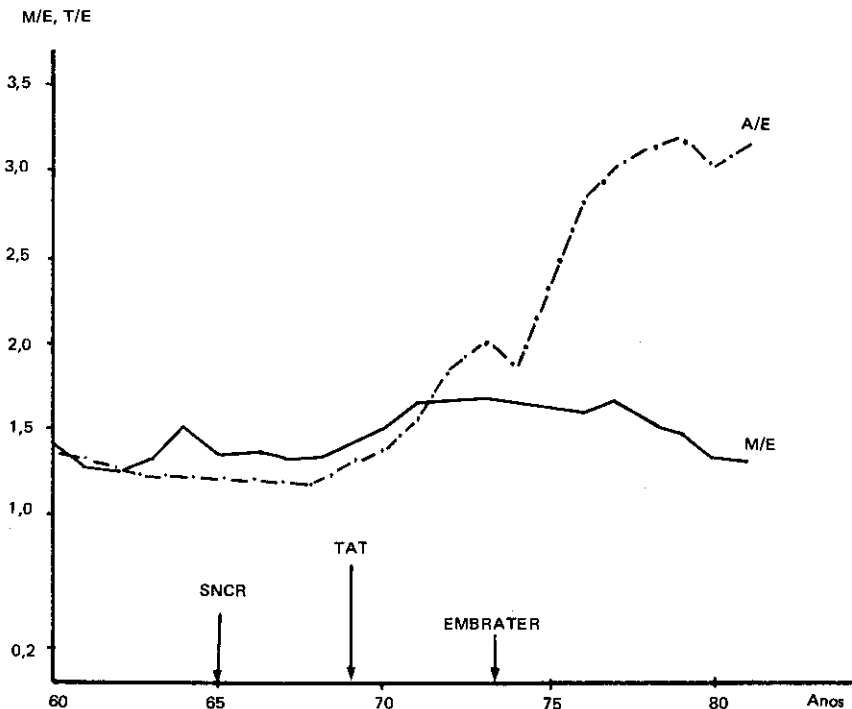
Anos	Brasil				
	ESLOC	MUN	TNLa	M/E	A/E
54	35	76	-	2,17	-
55	69	111	-	1,61	-
56	101	150	127	1,48	1,26
57	126	182	169	1,44	1,34
58	164	207	232	1,26	1,41
59	182	215	236	1,18	1,30
60	199	277	270	1,39	1,36
61	232	295	303	1,27	1,31
62	257	319	324	1,24	1,26
63	338	449	412	1,33	1,22
64	424	634	512	1,50	1,21
65	562	760	634	1,35	1,13
66	755	1.040	896	1,38	1,19
67	949	1.271	1.110	1,34	1,17
68	1.004	1.349	1.184	1,34	1,18
69	1.025	1.451	1.340	1,42	1,31
70	1.049	1.589	1.438	1,51	1,37
71	1.132	1.877	1.788	1,66	1,58
72	1.249	2.096	2.343	1,68	1,88
73	1.401	2.371	2.832	1,69	2,02
74	1.444	2.396	2.706	1,66	1,87
75	1.571	2.539	3.653	1,62	2,33
76	1.787	2.848	5.059	1,59	2,83
77	1.817	2.997	5.532	1,65	3,04
78	2.013	3.086	6.327	1,53	3,14
79	2.134	3.128	6.832	1,47	3,20
80	2.231	3.034	6.757	1,36	3,03
81	2.371	3.103	7.526	1,31	3,17

Fonte: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1974 e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural 1982b.

mográfica mais elevada), forneceu baixa relação M/E. Não só para estas duas regiões, mas para todas elas, a relação A/E, no início sempre foi baixa, ou seja, prevalecia a equipe mínima de extensionista por Escritório. No Sudeste e no Centro-Oeste, as Associadas também iniciaram pelo mesmo padrão (BB) e o caso parece

ser a explicação dada, nesta ordem, para o Sul e o Norte. Ambos atingiram posteriormente uma etapa AA, traduzida por escritórios com grandes áreas de atuação e grandes equipes concentradas em cada um deles. Até hoje, o padrão para o Sudeste permanece AA. Já no Centro-Oeste, as Associadas evoluíram para o padrão BA (o mais freqüente entre todas as regiões, para o fim do período). Entende-se que mais cedo ou mais tarde, no Sudeste, haverá de se caminhar para o padrão BA, já que no padrão AA, o custo dos deslocamentos será cada vez mais significativo. Finalmente, no Nordeste, ao contrário das demais regiões, o Serviço iniciou-se segundo o padrão AB, pulverizando o trabalho dos extensionistas do ponto de vista geográfico: pe-

FIG. 1. Evolução das relações A/E e M/E para o Brasil.



quenas equipes para atender grandes áreas. Em seguida, foi atingido o tipo AA; mantiveram-se as grandes áreas, mas agora com equipes maiores, isto até recentemente (1979). Só nos últimos dois anos o crescimento do número de escritório permitiu atingir o padrão comum às demais (exceto Sudeste), que é BA. No conjunto de todo o país, aparecem as quatro possíveis combinações ao longo da série: começa com o padrão BB (pequenas equipes para pequenas áreas), alcança-se uma fase (70/75) com padrão AB (as mesmas pequenas equipes para grandes áreas). Uma vez “conhecido o território”, amplia-se o número de técnicos por escritório (AA para 76/78, último período em que a gasolina era barata para justificar grandes áreas de atuação por escritório) e finalmente alcança-se, presentemente, o estágio BA⁸.

Do ponto de vista dos métodos de Extensão, os casos AB e AA (letra A para M/E), parecem ser aqueles onde menos se propiciam condições objetivas e concretas para o emprego de métodos grupais, dado o grande deslocamento a que se obrigam os técnicos e portanto a dispersão em que se encontra o público beneficiário. Nestas condições não é de se esperar que a frequência do técnico numa determinada comunidade possa ser apreciável. Pelos dados do país, o período onde ocorrem estes dois padrões vai de 1970 a 1978 (AB: 70/75 e AA: 76/78). Ao contrário, os padrões potencialmente favoráveis ao desenvolvimento do trabalho grupal e ao uso de métodos de maior alcance são os que têm B para M/E — ou seja BA e BB. Em virtude da letra B, para a relação A/E, configurar presença pouco expressiva de equipe local (a “equipe mínima”) no escritório, o caso mais significativo é o BA, que ocorre quase que em todas as regiões no período mais recente. Isto leva a crer que a Extensão Rural “pagou” um preço à sua expansão territorial em termos de tipo de trabalho e metodologia decorrente da estratégia de ocupação desenvolvida, de tal modo que só agora, mais recentemente, começam a se configurar as condições materiais favoráveis para o trabalho grupal. De outra forma, pode-se dizer que dada a disposição de crescer e ocupar espaços pela instituição, as atividades creditícias dentro da Extensão Rural passaram a ser um apelo importantíssimo para mantê-la atuante, no sentido de que este crédito se tornou uma alternativa viável adaptada às condições de trabalho enfrentadas pelo extensionista.

Dentre os efeitos da conjugação do crédito à assistência técnica, destacam-se a seguir alguns desdobramentos pertinentes, quais sejam;

- a) fetichismo do projeto;

⁸ Tem-se presente que não há homogeneidade da variável “tamanho do município”, nas comparações temporal e/ou inter-regional da M/E. Na verdade dois valores idênticos de M/E, separados 10, 20 ou 30 anos indicarão que o mais recente deles é mais concentrado pois, em geral, a área atual dos municípios tende a ser menor do que antes.

- b) a redução do “trabalho social”;
- c) o acerbamento do uso dos métodos individuais em detrimento dos grupos; e
- d) o alcance da Extensão Rural no conjunto do SNCR.

O FETICHISMO DO PROJETO

O SNCR, criado sob a égide do Governo que se instala a partir de 1964, é inculcado pela ideologia da tecnocracia. O valor máximo para enfrentar a baixa produtividade e o atraso do meio rural é a técnica, no caso, com a dos agrônomos, dos veterinários, dos técnicos agrícolas etc. E nada melhor para veicular esta linguagem e esta postura do que a figura do Projeto. O projeto é a chave universal para todos os problemas e situações⁹. Se o produtor quer adquirir fertilizantes com crédito rural, faz-se um projeto. Quer adquirir um reprodutor? . . . outro projeto! Um trator? . . . mais um projeto! O projeto adquire o poder de fascinação sobre a massa de técnicos da área agropecuária. Em todas as situações, o projeto é justificado. Quando nada, o projeto passa a ser um auto-elogio para quem o faz, porque ao criar uma linguagem específica, seleciona o público e coloca o projetista em posição de “superioridade técnica” com que fala. E o processo é de tal forma envolvente que é continuamente realimentado. Cada vez mais o projeto é subdividido, é especializado, é acrescido. Os formulários deixam de ser simples e passam a exigir notas explicativas, instruções de preenchimento, manuais de elaboração. Há o aparecimento de projetos específicos: o de custeio, o de investimento, o de pecuária, o de lavoura, o de irrigação, o projeto para o pequeno produtor, o do médio e grande produtor etc. A complexidade e o tamanho são crescentes, burocratiza-se uma atividade técnica. Já não é qualquer um que pode elaborar um projeto. Há necessidade de serem criados e mantidos cursos para a elaboração de projetos — cursos e mais cursos. Cursos para elaborar projetos de gado de corte, formulário do Condepe, dos Programas Especiais etc. Nasce as figuras dos analistas de projetos, multiplicam-se os assessores de crédito rural nas ACAR/Emater. Afinal, abre-se a brecha para mais uma especialização e mais uma posição de status.

Até o II PND abre espaço para consagrar o fetiche do projeto, quando diz: “Através da ampla disseminação da empresa rural — pequena, média e grande — principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo, melhor se equacionarão problemas como o de **induzir ao uso de projetos** (grifo meu), de levar em conta os cálculos de rentabilidade e estímulos de preços, de empregar mais moderna tecnologia. . .” (Brasil. Presidência da República 1974: 43).

⁹ Na verdade, o início da valorização do Projeto é da época desenvolvimentista de JK.

A complexidade é tão grande que se criam as condições para a monopolização da atividade. As entidades classistas disputam o direito de somente seus membros elaborarem projetos, o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia — CREA disciplina a responsabilidade da elaboração dos projetos agropecuários. Excluem-se determinados profissionais em favor de outros.

Ao lado disso, cresce e toma corpo a noção de que a eficiência é um atributo natural dos grandes, conceito consentâneo com a noção do Brasil, como potência emergente. A consequência direta, no setor agrícola, foi a prioridade e a canalização de estímulos e subsídios aos grandes produtores o que contribuiu para reforçar o fetichismo da figura do projeto, na medida em que o grande produtor exigia projetos complexos, dada a natureza complexa de seu empreendimento¹⁰ (World Bank 1982: 34). Para os bancos, esta valorização do projeto sempre foi extremamente vantajosa:

- a) por dispor de maior número de elementos garantidores de seu empréstimo, além das garantias que nunca dispensou; e
- b) porque não empregava recurso adicional algum, para dispor da referida peça técnica, já que todos os custos de elaboração do mesmo eram, numa primeira instância, de responsabilidade da Extensão Rural e, mais tarde, reembolsados parcialmente pelo próprio produtor e/ou subsidiados pelo Estado. Em suma, haviam sido criadas inúmeras condições para dar sustentação a este processo.

O reflexo dentro da própria Extensão foi o da valorização do técnico em função do número de projetos elaborados, do montante que ele conseguir alocar, da receita que era canalizada para a instituição. O crédito rural foi, durante algum tempo, em certas situações específicas, um ponto-chave para a vida da instituição, especialmente em situações financeiras críticas.

NA PRÁTICA, O ABANDONO À CONCEPÇÃO ORIGINAL DA EXTENSÃO

A estrutura original de execução da Extensão Rural no país moldou-se, em linhas gerais, segundo aquilo que inicialmente fora estabelecido pela ACAR, em Minas Gerais. A nível local, cada escritório “. . . conta com um supervisor agrícola, um supervisor doméstico e um escriturário” (Ribeiro & Wharton Junior 1975: 148). Com esta equipe, a Extensão desenvolvia “uma gama razoavelmente ampla de ativi-

¹⁰ Durante 1965/70, a SUDENE aprovou 286 projetos para utilização dos recursos do 34/18, os quais tinham como área média 4.000 ha.

dades: Clubes 4-S para a juventude; clubes femininos, comissões municipais de extensão e projetos de treinamento de liderança". (...) "Para os agricultores grandes, ou comerciais, a ACAR fornece informações e treinamento em práticas de administração agrícola, nova tecnologia e assuntos correlatos. Para o pequeno agricultor (...) é necessário, mais do que educação, de extensão. A ACAR proporciona "crédito supervisionado" (Ribeiro & Wharton Junior 1975: 148).

No modelo original, a relação entre os supervisores agrícola e doméstico, é de 1:1, ou de outra forma, a proporção dos supervisores agrícolas no total de todos os supervisores é, então 0,5. A série disponível, para esta proporção (Tabela 2 e Fig. 2) mostra que, no Sul, a relação era exatamente de 0,50, enquanto no Nordeste e Sudeste era de 0,52, valor este igual à média brasileira¹¹. Em 1964, o valor para o país alcançava 0,60. Desde então ela cresce continuamente. São necessários 12 anos para que tal proporção evolua 0,10 (56 a 68) numa primeira etapa. A oficialização da TAT tem um impacto significativo nesta proporção, tanto que novo acréscimo de 0,10 ocorre em apenas três anos (68 a 71). Em 1982, atinge-se a marca máxima de 0,82. Isto quer dizer que em média, de cada conjunto de 100 extensionistas locais, 82 são da área agropecuária e somente 18, da área social, o que é frontalmente diferente da proporção original, ou seja nesta base de 100 extensionistas, 50 para 50. Pela ordem decrescente, as regiões apresentam os seguintes valores para 1981: Centro-Oeste (0,92); Nordeste (0,80) e Sul (0,79). Os extremos mais salientes são, de um lado, o Centro-Oeste que, desde cedo, incrementou esta relação (já em 1971, apresentava o valor de 0,80, quando isso aconteceu com o Norte, em 1976; o Nordeste e o Sudeste, em 1973 e o Sul ainda não a havia atingido em 1981), obtendo atualmente o valor mais alto de todas as regiões.

De outro lado, foi o Sul que mais "retardou" sua entrada nesta opção, pois o valor de sua relação em 1981, já havia sido alcançado pelo Centro-Oeste entre 70/71; pelo Nordeste e Sudeste, entre 1972/73 e pelo Norte, em 1975. Embora a série de dados do contingente de técnicos locais, da área social, não esteja completa para o período 64/81¹², em todas regiões, a partir de 1968, o número absoluto destes técnicos decresce, com maior intensidade no Nordeste e com menor no Sul. Chegou-se ao ponto de Associadas não terem técnico algum da área social nos Escritórios Locais.

¹¹ O apego à concepção mais purista da Extensão levou a uma solução original no Espírito Santo, qual seja a instituição do "casal masculino", ou seja, dois técnicos da área agropecuária (o Informativo ABCAR, Ano V, nº 60, Jun. 62).

¹² Esta amnésia informativa reflete um dado de cultura da organização a seu próprio respeito. Isto é, o deslocamento da importância do "trabalho social" foi de tal monta que deixou até de serem registradas estatísticas a este respeito.

A CONJUGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL

Este tipo de fenômeno não só reflete uma postura que a Extensão Rural adotou, por decisão consciente e/ou imposições de mudança na política agrícola do país — mas provoca, também, o reforço a estas mesmas mudanças. Ou seja, por mais “bem intencionado” que tenha sido o dirigente, tornou-se difícil implementar a concepção original da Extensão com esta estrutura de pessoal, já que a

TABELA 2. Proporção de técnicos locais da área agropecuária no total de técnicos locais, por região, período 56/81.

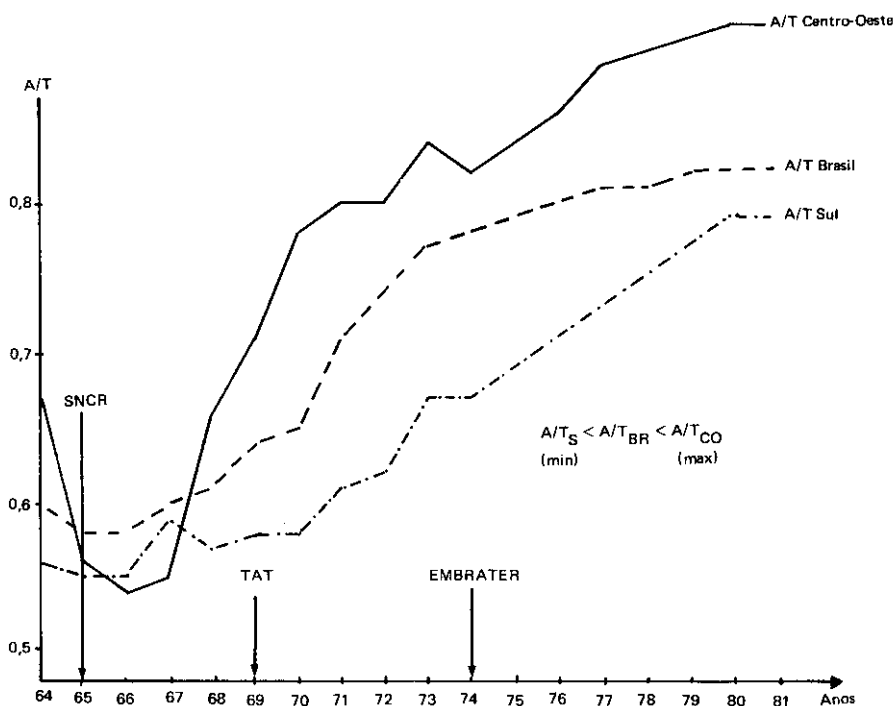
Ano	Região					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Brasil
56	-	0,52	0,52	0,50	-	0,52
57	-	0,53	0,52	0,54	-	0,53
58	-	0,54	0,52	0,59	-	0,55
59	-	0,53	0,52	0,58	0,70	0,55
60	-	0,55	0,57	0,58	0,61	0,57
61	-	0,54	0,60	0,58	0,63	0,58
62	-	0,52	0,62	0,55	0,61	0,57
63	-	0,59	0,60	0,59	0,59	0,59
64	-	0,61	0,60	0,56	0,68	0,60
65	-	0,60	0,59	0,55	0,56	0,58
66	0,62	0,62	0,58	0,55	0,54	0,58
67	0,58	0,61	0,60	0,59	0,55	0,60
68	0,62	0,61	0,62	0,57	0,66	0,61
69	0,74	0,68	0,62	0,58	0,71	0,64
70	0,63	0,69	0,66	0,58	0,78	0,65
71	0,71	0,76	0,72	0,61	0,80	0,71
72	0,75	0,78	0,76	0,62	0,80	0,74
73	0,73	0,82	0,80	0,67	0,84	0,77
74	0,78	0,82	0,81	0,67	0,82	0,78
75	0,79	0,82	0,81	0,69	0,84	0,79
76	0,81	0,82	0,82	0,71	0,86	0,80
77	0,82	0,81	0,83	0,73	0,88	0,81
78	0,84	0,81	0,84	0,75	0,90	0,81
79	0,86	0,80	0,85	0,77	0,91	0,82
80	0,87	0,80	0,85	0,79	0,92	0,82
81	0,87	0,80	0,85	0,79	0,92	0,82

Fonte: Memória SIBER/SIBRATER (até 1980) e Relatórios Anuais (1981).

¹³ Em algumas filiais da ABCAR, cristalizou-se um movimento de esforço extremo do pessoal técnico da “área social” contra estas medidas ao propor novas estratégias de trabalho para a sobrevivência deste tipo de trabalho. O resultado líquido disso é sua “sobrevivência” ou um retardamento da débauche da “área social” na Extensão Rural.

operacionalização das atividades se dá precisamente no nível mais descentralizado da estrutura, que é o escritório local¹³. Alguns exemplos mostram a involução do “trabalho social”, na Extensão. O número de Clubes 4-S, para Juventude Rural, alcançou seu valor máximo em 1968, e, mais recentemente, seu valor mínimo, em 1976. O número deste último ano era da magnitude daquele situado entre 1965 e 66. Praticamente, a metade das Associadas, por ocasião da 2^a metade da década dos 70, deixou de trabalhar com Juventude Rural. Na área do “trabalho social”, mais uma vez a “amnésia estatística” se faz sentir. Não há série completa para estas informações. As únicas disponíveis vão até 1974. Ainda assim, por elas, pode-se notar que o pico do número de grupo de jovens se deu em 1969, o de líderes em 1971 (e neste caso, o de líderes de projetos agropecuários, em 1971; em projetos de Bem-Estar Social, em 1972; o de Jovens Rurais, em 1970) e o número de Conselheiros Municipais de Desenvolvimento, em 1970 (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1974).

FIG. 2. Evolução da relação entre técnicos locais da área agropecuária (A) e o total de técnicos locais (T).



A evolução que se vislumbra é de tal modo que muda a proporção dos técnicos da área agropecuária em relação aos da área social, reduz-se o volume de ações na "área social", o CRS cede terreno ao CRO, os médios e grandes produtores começam a substituir os pequenos como público preferencial, a Extensão Rural expande sua estrutura de forma a aumentar sua abrangência geográfica, e o faz não mais amparada numa equipe padrão, mas preponderantemente com base num quadro de técnicos da área agropecuária, além de o escritório ser de um só técnico. Com a "equipe incompleta", reduzida e a sua área de atuação ampliada, cresce muito o apelo para o uso de métodos individuais, associados a uma frequência cada vez menor do produtor beneficiário por extensionista. Neste contexto deseja-se destacar o fenômeno da individualidade, aqui entendido como o desbalanceamento no uso dos métodos de Extensão Rural, em favor daqueles de natureza individual. A partir da relação entre o número de produtores beneficiários e o número de técnicos locais da área agropecuária (BEN/A), formou-se a série 64/81, por região (Tabela 3).

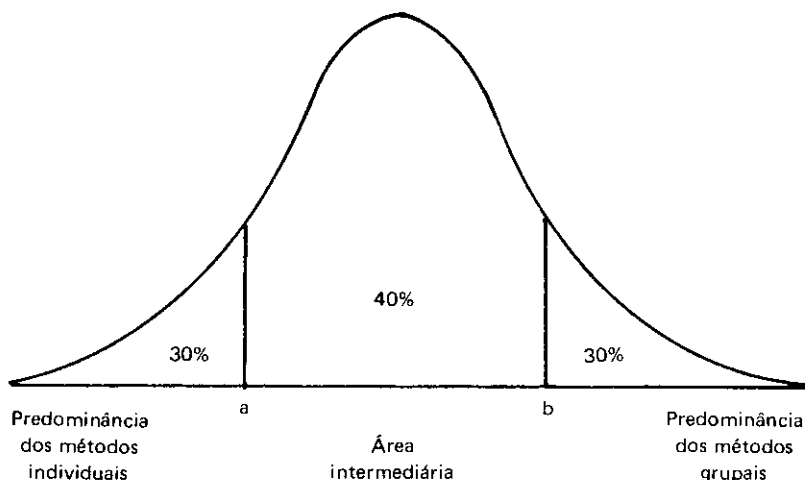
TABELA 3. Evolução da relação Beneficiários/Técnico de nível local, da área agropecuária (BEN/A), para o período 64/81, por região.

Ano	Região					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
64	-	278	215	180	204	223
65	-	241	228	181	116	215
66	-	176	209	207	154	192
67	89	198	219	230	137	205
68	90	222	190	323	156	227
69	47	169	179	315	138	200
70	140	237	164	312	215	226
71	90	162	154	205	163	167
72	99	119	147	253	126	155
73	77	85	137	263	107	141
74	79	79	165	215	102	136
75	46	47	88	188	86	90
76	59	65	73	148	61	81
77	66	69	123	158	71	96
78	108	115	177	158	62	132
79	139	151	140	196	69	150
80	145	149	162	248	121	170
81	114	127	161	206	115	151

Fonte: Memória SIBER/SIBRATER (64/80) e Relatório (81).

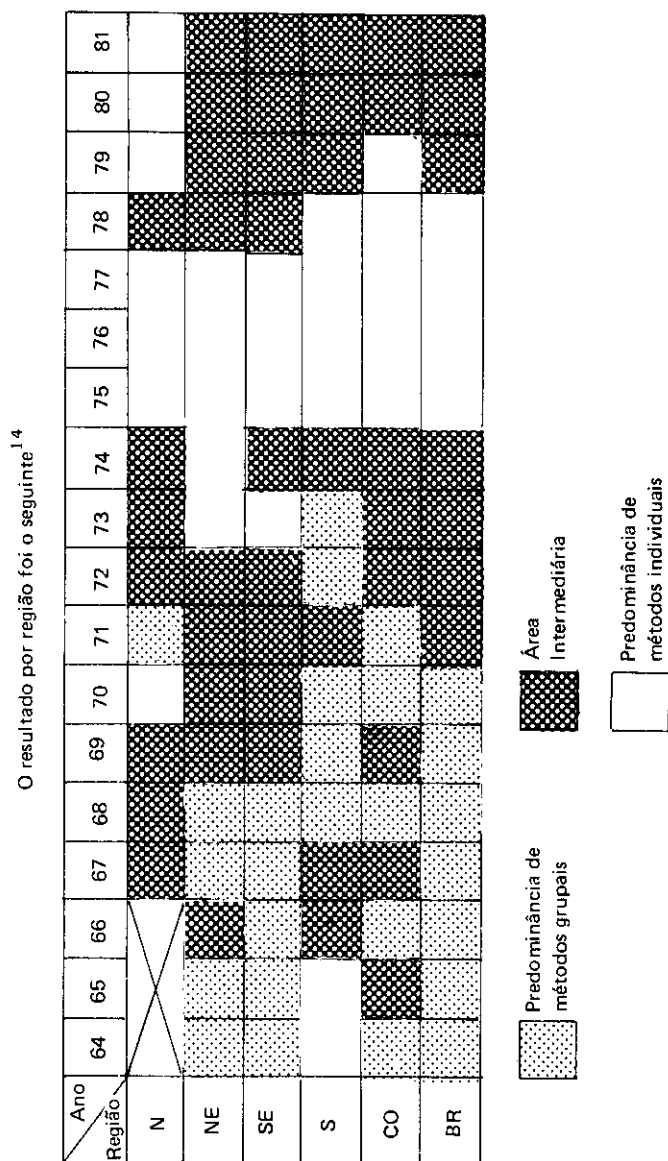
Tomando cada série como de distribuição normal, dividiu-se o perfil da curva em três segmentos e se atribuiu a cada um deles uma característica quanto ao uso dos métodos, como se pode ver na Fig. 3.

FIG. 3. Perfil da curva segmentado quanto a métodos.



Pelo esquema visual (Fig. 4), nota-se que os valores característicos de métodos grupais se concentram no início da série, vale dizer 64/70, enquanto os valores dos métodos individuais são mais freqüentes no período 75/78. O padrão de evolução do uso de métodos para o País como um todo segue um contínuo (sem interrupções) que passa do grupal para o intermediário, ao individual, terminando o período com o intermediário. Isso poderia sugerir que há uma tendência de retomada, em maior proporção, dos métodos grupais em todo o País. Por região, a que mais se parece com o Brasil, em termos evolutivos, é a Sudeste. O Norte, talvez pelas condições de infra-estrutura, só mais recentemente apresenta valores que traduzem, com maior clareza, o uso de métodos grupais. Interessante é o fato de que tanto o Nordeste, quanto o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste terem como cinco a freqüência de valores de métodos grupais, mas com padrões diferenciados do ponto de vista temporal. Neste sentido, o Sul é flagrantemente defasado das demais. Mesmo assim, no

FIG. 4. Resultado por região.



¹⁴ A comparação é feita a partir do valor médio de BEN/A, dentro da própria região, de forma que cada região só levou em conta seus próprios valores.

Paraná, “a partir de 1973, em plena fase áurea do ciclo da soja, mesmo permanecendo algum trabalho de cunho organizacional e comunitário, a Extensão Rural deixa de ser considerada humanista e passa a ter uma orientação tecnicista ou produtivista (Brandenburg & Henderikx 1981:21).

QUALIFICANDO O CRÉDITO NA EXTENSÃO RURAL

Para as variáveis disponíveis (PLAN/A, número médio de planos de crédito elaborado pelo extensionista; PLAN/BEN, proporção dos beneficiários da Extensão atendidos com crédito e CRER/SNCR, participação do Sistema de Extensão no total de crédito alocado pelo SNCR), é possível delinear, a grosso modo, uma determinada periodização da conjugação do crédito rural à assistência técnica. A seguir apresentam-se considerações a respeito de cada uma das variáveis.

Quanto à produtividade em elaboração de planos (PLAN/A)

Quanto de seu tempo disponível o Extensionista Local gasta com atividades creditícias? Esta é uma variável que, apesar de sua importância no momento de qualificar o envolvimento da Extensão Rural com o crédito, não está disponível nos registros estatísticos. As poucas informações dão conta de que isso representaria de 12 a 16% do tempo total do Extensionista Local (14%, 16% e 14,6%, respectivamente em 1975, 1977 e 1978, para Sergipe; 13% e 12%, respectivamente, em 1976 e 1977, para o Maranhão)¹⁵. Valores não muito diferentes são informados por Silva (1978) para Minas Gerais: 15-20%, até 1968. Entretanto, segundo o próprio autor, este dado em 1974 teria passado para 55%, situação que perdurou até 1976.¹⁶

Dadas estas limitações, usou-se a variável PLAN/A (Tabela 4) para registrar a evolução do envolvimento com o crédito, ao longo do tempo¹⁷. Para o País, como um todo, existem dois períodos com tendências opostas. De 1966 a 1971, a variável

¹⁵ A fonte para tais informações são os respectivos relatórios anuais da EMATER-SE e EMATER-MA.

¹⁶ Pelo que se conhece, este teria sido o ponto máximo do envolvimento de crédito. O próprio (1978:66) depõe: “... em junho de 1975... constatamos (no Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba) uma relação média de um técnico para cinco (sic) propriedades rurais. Cada propriedade recebia entre 20 e 25 visitas anuais de técnicos, mas dois terços delas se destinavam a assuntos burocráticos e administrativos... busca de novas informações exigidas pelo banco, durante a análise e aprovação dos projetos, laudos e sinistros, etc. Assim, sobrava pouco tempo para a orientação técnica”.

¹⁷ A variável utilizada para indicar a dedicação do tempo do Técnico Local com o crédito é o número médio de planos contratados por técnico. Ela, em si, não dimensiona o envolvimento

TABELA 4. Número médio de planos de crédito contratados, por técnico de nível local da área agropecuária, para o País, 1964/81.

Ano	Brasil		
	Planos(a)	A (b)	a/b
64	5.914	512	11,6
65	8.773	634	13,8
66	7.718	896	8,6
67	12.067	1.110	10,9
68	18.803	1.184	15,9
69	29.973	1.340	22,4
70	39.412	1.438	27,4
71	53.307	1.788	29,8
72	56.021	2.343	23,9
73	67.521	2.832	23,8
74	63.116	2.706	23,3
75	76.395	3.653	20,6
76	81.207	5.059	16,1
77	93.481	5.532	16,9
78	117.548	6.327	18,6
79	126.422	6.832	18,5
80	220.850	6.757	32,7
81	178.292	7.526	23,7

Fonte: PLANOS e BEN – Memória Siber/Sibrater (64/80) e Relatório/81.

(*) Síntese Estatística 56/74.

OBS: BEN = Produtores beneficiários da Extensão Rural.

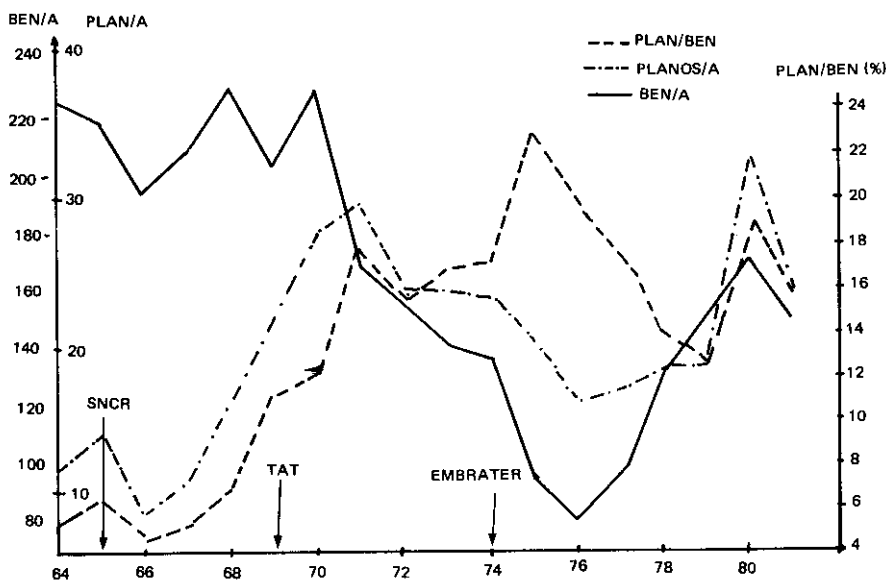
PLANOS = Planos de crédito rural elaborados pela Extensão Rural e contratados pelos beneficiários.

A = Técnicos de nível local, da área agropecuária.

to do técnico. Serve apenas para traçar a evolução deste envolvimento ao longo do tempo. Para melhor compreensão, informa-se que o total de planos contratados não quantifica, com exatidão, o uso do tempo com o crédito, o que seria melhor indicada pelo número de planos elaborados. Ocorre, com alguma frequência, a não contratação de planos elaborados pelo Técnico Local, seja por falta de disponibilidade financeira do banco, seja por desistência do beneficiário ou por qualquer outra razão. Estima-se como normal a não efetivação de 5 a 10% dos planos elaborados, podendo chegar, algumas vezes, a cifras mais altas (19,3%, em 1981, segundo relatório de 1981, da EMATER-BA). Nota-se que, até então, tem-se falado apenas da elaboração de planos. Evidentemente que não só a elaboração mas também as supervisões creditícias, a emissão de laudos aos bancos consome também o tempo do Técnico Local, além de todo o envolvimento que é necessário estabelecer junto às carteiras rurais para evitar problemas para o beneficiário.

crece de forma contínua; enquanto no período 1971 a 1976, cai a um nível mínimo, porém superior ao de 1966 (Fig. 5). Para o primeiro período acredita-se que a oficialização do SNCR (a partir de 66)¹⁸, a implantação da TAT (a partir de 1969 e ainda a simplicidade dos projetos tenham contribuído para o crescimento da variável. A crise financeira do SIBER que se concretiza como decorrente da política de economia de gastos do setor público imposta por Roberto Campos; no Governo Castelo Branco, exacerbou a procura pela diversificação de receitas e o Crédito Rural foi uma das saídas mais freqüentes. O destaque regional fica por conta do Sul, que apresenta valores superiores aos da média, ou seja, é nesta região que mais se elaboram projetos por extensionista, com a característica de ser seu plano médio menor que a média nacional, isto é, provavelmente voltado para o pequeno produ-

FIG. 5. Evolução de PLAN/BEN, PLANOS/A e BEN/A.



¹⁸ "A evolução das aplicações de crédito rural assistidas pelo Sistema é coincidente com a evolução da legislação neste setor". () "... a partir de 1967, ano em que a aplicação do Decreto n.º 58.380, de 10.5.66, regulamentador da Lei n.º 4.829, de 5.11.66, que institucionaliza o crédito rural, apresentou os seus primeiros reflexos". (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1969b:33).

tor, mas com uma participação do investimento no total financiado maior que a das demais regiões (Tabela 9). Em conclusão, no Sul elaboram-se muitos planos, planos pequenos e basicamente para investimento. Para o segundo período (1971/76), a queda provavelmente se deve à ênfase que os médios e grandes produtores começam a receber da Extensão Rural, o que leva à elaboração de projetos maiores e mais complexos; começam a surgir os programas especiais de Crédito Rural — basicamente voltados ao grande produtor — no Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Nestes dois casos, dá-se o fenômeno da concorrência entre a Extensão Rural e as EPAT. Apesar destas EPAT atuarem desde fins da década de 60, o seu período áureo é a primeira metade da década de 70. A concorrência da Extensão Rural com as EPAT se configura quando ocorre escassez de recursos das linhas de crédito, ou quando ocorre escassez de investimento (a forma mais buscada por ambas) ou quando, por ênfase aos grandes produtores, a Extensão “invade” o território que tradicionalmente pertencia às EPAT. As regiões que mais puxam a relação PLAN/A para baixo são, nesta ordem, o Centro-Oeste, o Sul e Norte. A evidência no Centro-Oeste e Norte é dada pelo tamanho (e complexidade) dos projetos (variável, valor médio dos planos). No Sul, esta evidência é menos forte e outros fatores devem ser associados.

A interpretação dos movimentos da curva de PLAN/A deve levar em conta a interferência de forças com sentido contrário; a obtenção de recursos via TAT puxa-a para cima enquanto o tamanho e a complexidade dos planos o faz para baixo. Assim, a tendência em um ou outro sentido vai sempre revelar o efeito líquido da componente destas duas forças, tudo o mais permanecendo constante. De forma resumida, então, poder-se-ia dizer que na fase ascendente (66/71); no período descendente (71/76), a complexidade dos planos (para médios e grandes produtores) sobrepõe-se à orientação de obter TAT.

O último período (76/81) revela uma recuperação nos valores de PLAN/A porém com queda para o último ano da série. Neste caso não se pode argumentar que a motivação preponderante seja a de obter recursos com planos de crédito, pois uma série de programas especiais não tomam a elaboração de planos como fato gerador de tais receitas. Os exemplos são PROBOR (I, II), POLONORDESTE e Projeto Sertanejo. Neste caso, o mais significativo ocorre na Região Nordeste. Até 75/76, a participação do Nordeste no total de planos elaborados pela Extensão Rural, em todo o País, não alcançava 30%. Já entre 78 e 80, os valores oscilam entre 40 e 50% para finalmente atingir 60% em 1981. Como, nesta altura, grande parte da força de trabalho da extensão está vinculada ao conjunto do POLONORDESTE e Projeto Sertanejo, este crescimento pode ser debitado aos programas especiais que excluem a TAT. Acrescente-se a isso que as indicações para 80/81 são as de que

predominaram os planos de custeio ao invés dos de investimento.¹⁹ Como se sabe, após a implantação dos Valores Básicos de Custeio – VBC (safra 79/80), a elaboração dos planos de custeio tornou-se bastante simplificada, o que teria permitido aumentar a produtividade neste particular. Finalmente, as diretrizes mais recentes da EMBRATER são no sentido de utilizar, com maior intensidade, os métodos grupais, sem vinculação obrigatória ao crédito.

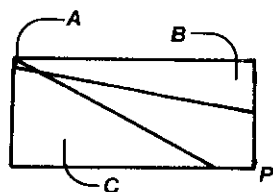
Tomando “PLAN” como variável dependente e “A” como independente, foram ajustados, por região, cinco diferentes tipos de regressão (linear, logarítmica, potencial, exponencial e quadrática). Os melhores coeficientes de determinação foram fornecidos pela regressão potencial para o Norte, Nordeste, Sudeste e Brasil e pela quadrática para o Sul e Centro-Oeste. O primeiro caso sugere que, no período considerado, a velocidade de crescimento de “PLAN” tem sido maior que a de “A”, ou seja, aumentou a produtividade de elaboração de planos. Já para o segundo caso, de um lado o Sul apresenta um máximo, ou seja, há algum tempo atingiu valores que hoje não mais se reproduzem enquanto o Centro-Oeste parece – pelo valor mínimo – estar em fase ascensional no período mais recente. Fica claro também que, no caso do País como um todo, a consistência estatística da explicação é a mais frágil. Isto pode ser deduzido dos – relativamente – mais altos coeficientes de determinação conseguidos das diversas regressões “vis-à-vis” aos das regiões. Assim, se todas as diversas regressões são razoavelmente bem ajustadas é porque, na verdade, os dados não apresentam tendência definida e estável. Neste particular, o Sul é o mais definido.²⁰

Quanto à abrangência do crédito no conjunto dos beneficiários da Extensão Rural – (PLAN/BEN)

Uma outra forma de perceber a conjugação do crédito rural à assistência técnica é através do percentual do público da Extensão Rural que recebe crédito (Tabela 5). A figura a seguir permite visualizar a situação. Do universo P de produtores, A + B são beneficiários da Extensão e A + C tem acesso ao crédito rural, mas só para o conjunto interseção A conjuga-se crédito à assistência técnica governamental.

¹⁹ A retração da oferta de crédito para investimento tanto se dá para pecuária quanto para a lavoura. De 76 a 80, a participação do investimento no crédito à pecuária passa de 55% a 38% e na lavoura, de 23% a 14% o que no total geral reflete-se num descenso de 32% para 19% (Banco Central do Brasil 1980).

²⁰ Imaginou-se, para tanto, o “Índice de Turbulência”: Índice multiplicativo dos cinco coeficientes de determinação por região. Quanto maior tal índice, menos definida seria a tendência. Os valores achados foram: Norte, 0,144; Nordeste, 0,219; Sudeste, 0,187; Sul, 0,061; Centro-Oeste, 0,211; Brasil, 0,407.



A ordem de grandeza para 1980 é:

P – 5,17 milhões (estabelecimentos, IBGE)

A + B – 1,15 milhão (22% de P)

A + C – 2,31 milhões (44,7% de P)

C – 0,22 milhão (4,3% de P)

A abrangência da vinculação do crédito à assistência técnica do SIBER/SIBRATER, no decênio dos 70, obteve seu ponto máximo em 1980, com 4% do número de estabelecimentos, dado pelo censo agropecuário deste ano. Em 1970, era de tão somente 0,8% e em 1975, de 1,5%. Em termos de taxa de crescimento, o conjunto A apresenta a maior taxa (geométrica) de crescimento no período inter-censitário: 16,5% a.a., contra 11,5% para A + B e 9,1% para A + C. Considerando o grande esforço tanto do SIBER quanto do SIBRATER para operacionalizar a pretendida conjugação e os exageros a que se chegou e, de forma complementar, que a obrigatoriedade de elaboração de planos de crédito vem sendo dispensada (Circulares 637/81 e 706/82, do Banco Central e Programas Especiais), é bastante improvável que a referida abrangência se expanda significativamente a partir de uma nova investida da Extensão Rural.

O crescimento da abrangência do crédito no conjunto dos beneficiários da Extensão é mais significativo no período 64-66/71, durante o qual triplica. A região que mais se destaca é a Norte. Parte do zero (já que é no início do período que se instalam aí as filiais da ABCAR na região) até atingir 30% dos seus beneficiários com crédito rural. Apesar de o Nordeste apresentar a menor abrangência dentre todas as regiões no fim deste período, revela uma taxa altíssima de opção pelo trabalho com crédito. A média brasileira, nesta ocasião, é influenciada fundamentalmente pelo Sudeste e Sul, que participam com 61% do total de planos elaborados.

O fenômeno que chama a atenção no período 72/75 é a queda, em termos absolutos, do número total de beneficiários contraposta ao crescimento firme do número de planos elaborados. Para uma queda de 10% daquele, verifica-se um acréscimo de mais de 34% deste. E nota-se que, mesmo com a queda do número de beneficiários, o contingente de extensionistas (A) aumenta de 56%, no mesmo período apesar do decréscimo em 73/74. Está se configurando com isso o apelo aos métodos

individuais. Começa aí a aparecer a individualização que se irá manifestar com maior clareza no período imediatamente seguinte.²¹

TABELA 5. Produtos beneficiários da extensão rural e atendidos com crédito; período 64/81 (%).

Ano	Brasil		
	Planos(a)	BEN (b)	a/b
64	5.914	114.261	5,2
65	8.773	136.248	6,4
66	7.718	171.741	4,5
67	12.067	227.919	5,3
68	18.803	268.254	7,0
69	29.973	267.661	11,2
70	39.412	324.831	12,1
71	53.307	298.069	17,9
72	56.021	364.068	15,4
73	67.521	400.589	16,9
74	63.116	368.563	17,1
75	75.395	327.143	23,0
76	81.207	408.147	19,9
77	93.481	530.446	17,6
78	117.548	834.378	14,1
79	126.422	1.025.089	12,3
80	220.850	1.146.714	19,3
81	178.292	1.136.907	15,7

Fonte: PLANOS e BEN — Memória Siber/Sibrater (64/80) e Relatório/81.

(*) Síntese Estatística 56/74

OBS: BEN = Produtores beneficiários da Extensão Rural.

PLANOS = Planos de crédito rural elaborados pela Extensão Rural e tratados pelos beneficiários.

²¹ Neste ponto, convém chamar a atenção para uma "característica" do sistema, identificada não só a partir dos dados deste trabalho mas igualmente da vivência com as coisas da Extensão Rural. Tudo indica que novas orientações, diretrizes, normas ou outras formas de mudança de orientações se manifestam, em termos concretos, no campo, a bem dizer "nas mãos do extensionista", com uma determinada defasagem no tempo que, aqui ousaria estimar em 2 a 3 anos. Isso não se aplica, evidentemente, a providências e normas administrativas ou aspectos estritamente operativos. Isso se aplicaria aos casos em que se trata de incorporar noções de conteúdo, métodos de trabalho e a explicação seria dada pela necessidade de capacitação que a matéria envolve e pela estrutura operativa própria da Extensão Rural, bastante descentralizada em termos geográficos. Como exemplo, se oferece o caso de volta à prioridade aos pequenos produtores. A ênfase ao produtor de baixa renda — hoje chamado de pequeno produtor — data, na EMBRATER, de fins de 75, quando ela promoveu o I Congresso para Promoção dos Produtores de Baixa Renda, de 1976 e, mais tarde nos projetos INAN/EMBRATER (77). Daí para se evoluir até a diretriz de pequeno produtor como prioridade foram mais dois anos.

Reforçam esta concentração os Programas Especiais que enfatizam os médios e grandes produtores (Centro-Oeste, incluindo Minas e o Norte) e a busca de complementação de recursos como resposta à instabilidade desenhada a partir de 1973, quando a ABCAR foi "absorvida" pela burocracia federal (Decreto 72.507, de 23.7.73) e a partir de então seu declínio se concretiza como instituição.

A queda no número de beneficiários se circunscreve ao Sudeste e Nordeste e com tal intensidade que, no cômputo destas duas regiões, atinge 27,3%. Em termos absolutos, a queda nestas regiões é suficiente para mais do que compensar o acréscimo verificado nas demais, com o que, para o Brasil, se verifica queda.

A conseqüência imediata, dada a persistência na elaboração de planos de crédito, é a subida do percentual de beneficiários da Extensão Rural atendidos com crédito, da ordem de 50% para o País. Nestas mesmas duas regiões, o fenômeno é mais contundente, e o índice mais do que dobra no período. Nas demais, pelo contrário, a situação é estável. Isto estaria revelando um efeito diferenciado na absorção da crise da ABCAR, o fato mais saliente deste período.

O período mais recente, 75/81, que no seu todo é de decréscimo do percentual de beneficiários de extensão com crédito, pode ser subdividido em dois outros: 75/79 (decréscimo contínuo) e 79/81 (recuperação com queda). Neste primeiro caso refletem-se — principalmente do meio para o fim do período — as preocupações com o chamado produtor de baixa renda que, em termos operacionais, se dobram nos Projetos de Promoção de Produtores de Baixa Renda (com e sem convênio INAN/EMBRATER, inclusive o experimental de Sergipe) e nos Programas Especiais (principalmente o POLONORDESTE). De todo o acréscimo no contingente de beneficiários de extensão entre 75 e 79 (multiplicado por três), somente o Nordeste, onde se concentram estes projetos, responde por 53%. Somando ao Sul e Sudeste, este percentual ultrapassa 90%.²² Chama a atenção o fraco acréscimo observado no Centro-Oeste, com apenas 2,5% do total. Ao lado disso, a equipe técnica (A) não chega nem a duplicar, com o que se deduz que voltam a retomar sua importância aos métodos grupais. A conseqüência é que as atividades creditícias no dia a dia dos técnicos locais se diluem e a relação PLAN/BEN cai de 23,0% para 12,3%. Convém lembrar que nesta ocasião, 90% dos escritórios hoje existentes já estavam em funcionamento. A marca dos 12,3% é praticamente o dado de

²² A criação da EMBRATER estão associadas mudanças nos critérios de alocação dos recursos federais. São privilegiadas as associadas dos estados de maior potencialidade (Bahia e Maranhão, no Nordeste; todo o Centro-Oeste) que vinham recebendo proporcionalmente poucos recursos. A implementação do redistribuítivismo pela EMBRATER é precedida pela defesa do critério da potencialidade pela própria ABCAR.

70, agora numa situação inversa; naquela ocasião um dado numa curva ascendente, agora em descenso. Outras informações que devem ter contribuído: o fim do período marca o esgotamento dos Programas Especiais para grandes produtores e começam a ser implementadas medidas para desconcentrar o crédito rural.

Nas três regiões onde, com maior ênfase, se implementou ações de Extensão Rural voltadas ao produtor de baixa renda, os valores médios dos planos de crédito elaborados pelas Associadas entram em declínio, quando comparados com a média do País. No Nordeste, cai do índice 113 para 73; no Sul e Sudeste há queda com recuperação. O mesmo também pode ser visto quando se compara o plano médio elaborado pela Extensão Rural com o contrato médio do SNCR. Há queda pronunciada para o Nordeste e Sul e, em menor escala, para o Sudeste. Para o Norte e Centro-Oeste, ao contrário, a tendência é ascendente.

A "recuperação" da variável PLAN/BEN nos dois últimos anos não deve ser entendida como recorrência a uma etapa anterior da história da Extensão Rural, quando, em muitos casos, a elaboração dos projetos do crédito, longe de funcionar como instrumento metodológico, constitui apelo para suprimento ao pequeno produtor, são projetos de pequeno valor individual e, para casos como os produtores atendidos via POLONORDESTE; Projeto Sertanejo e PROBOR, a atividade creditícia não gera recursos para a Extensão.

A participação da Extensão Rural no Crédito de todo o SNCR

Para todo o País, a participação da Extensão Rural no SNCR pode ser considerada muito baixa, já que o valor máximo durante o período 69/80 foi de 9,6%, em relação ao número de planos (1980) e de 9,7%, em relação ao valor (em 1973) (Tabelas 6 e 7 e Fig. 6). É bem verdade que o crédito alocado via SIBER/SIBRATER não esgota o crédito rural tecnificado. Esta parece ser, ao contrário, uma das menores partes do todo. Somente as EPAT conseguiram aprovação de Cr\$ 182.581 milhões (quatro vezes mais do que o SIBRATER), para 145 mil planos por elas elaborados para o ano agrícola 80/81, correspondente a 26,8% de todo o crédito do SNCR (em valor) para 1980.²³ É possível que, se considerarmos ainda a ação da CEPLAC, CATI, DNOCS, CODEVASF, IRGA, RURALMINAS e outros órgãos públicos, o crédito tecnificado alcance 50% do total, em termos de valor.

²³ O período para os dados das EPAT é o ano agrícola, no caso out./80 a set./81. Isto introduz um erro sistemático nas comparações seja com a EMBRATER seja com o SNCR, já que, nestes casos, o ano é o civil. Ressalte-se que, em todos os casos se exclui São Paulo das comparações pelo fato de o SIBRATER não estar ali representado.

A primeira metade da década de 70 é o período em que caracterizadamente a Extensão elabora grandes planos de crédito ou planos de crédito para grandes produtores (Tabela 8). No período 71/76 o valor médio do plano elaborado pela Extensão Rural foi, em média, superior em 41% ao valor do contrato médio do SNCR. A partir de 1977, o valor médio do plano de crédito elaborado pela Extensão Rural entra em fase descendente atingindo em 1980, o menor valor de toda a série: equivale a 70,8% do contrato médio do SNCR. É possível que para 1981 (dados não disponíveis), tal percentual seja ainda menor dada a combinação de dois fenômenos:

- a) prioridade para o trabalho junto ao pequeno produtor; e
- b) limitação do crédito para investimento em geral e para pecuária.

Em termos regionais, existem alguns padrões bastante consistentes ao longo da série 69/80. A região Norte sempre conservou a liderança da participação da Extensão Rural no SNCR em termos de número de planos, tendo atingido o máximo de 33,7% em 1974.

Em termos de valor, passou da menor participação, em 1969, para a liderança a partir de 1974, tendo-a conservado daí para frente.

Na região Sul, tanto em termos de número de planos quanto em valor, a ER apresentou, de forma dominante, os menores valores. Em relação às demais regiões, a ER apresentou a menor participação no total do SNCR. As razões para isso podem ser:

- a) uma relação A/T menor do que todas as demais, o que revelaria a conservação do “trabalho social” mais claramente;
- b) a ausência de programas especiais no Sul evitou que a ER se envolvesse com médios e grandes produtores de forma predominante, como nas demais regiões do País (neste particular, em apenas dois anos — 74 e 75 — de uma série de 12 anos, o projeto médio da ER superou o contrato médio do SNCR;²⁴)
- c) região com predominância em lavouras, e sem maiores gastos com desbravamento, setor em que os projetos de CR costumam ser menores do que para pecuária.

²⁴ Estes “anos atípicos” podem estar relacionados com o empenho da Extensão Rural na elaboração de projetos de instalação das grandes cooperativas regionais, principalmente no Paraná.

TABELA 6. Comparação entre o número de planos de crédito elaborados pela extensão rural e o total de contratos aprovados em todo o sistema financeiro de crédito rural, período 69/81.

Ano	Brasil ¹		b/a
	Total de contratos (a)	Planos via extensão (b)	
69	832.296	29.973	3,6
70	840.015	39.412	4,7
71	903.615	53.307	5,9
72	919.196	56.021	6,1
73	1.015.921	67.521	6,6
74	1.082.313	63.116	5,8
75	1.437.198	75.395	5,2
76	1.431.589	81.207	5,7
77	1.332.749	93.481	7,0
78	1.479.238	117.548	7,8
79	1.894.852	126.422	6,7
80	2.309.337	220.850	9,6
81		178.292	

Fonte: Total de contratos: MA, Crédito rural 1969/76, v. VI, Brasil, 1978 (Comcred) (1969/76).
Banco Central do Brasil 1980.
Fundação IBGE 1981.

PLANOS VIA EXTENSÃO: Vide Quadro 2.

(1) Exclui São Paulo por não ser área de atuação do Siber/Sibrater

Nota: b/a em %.

Nas demais regiões (SE, NE, CO) não há padrões claramente estabelecidos, a não ser algumas especulações sobre tendências que se esboçam. Assim, a partir de 1976, os projetos elaborados pela ER parecem obedecer a uma tendência decrescente, com coeficiente maior para o NE (queda mais brusca) do que para o CO. O perfil do SE é muito instável.

A consistência e/ou estabilidade da conjugação do crédito, vista pela variação da participação da Extensão Rural no SNCR (quanto a número de planos) é característica marcante da região Sul. O coeficiente de variação atingiu, neste caso,

TABELA 7. Comparação do montante total de crédito rural alocado por todo o sistema financeiro de crédito rural e aquele alocado via Extensão Rural, período 69/81; valores em Cr\$ milhões.

Ano	Brasil ¹		b/a
	Total da região (a)	Pela extensão (b)	
69	4.346	156,0	3,6
70	6.161	300,9	4,9
71	8.846	643,2	7,3
72	13.233	934,6	7,1
73	21.428	2.070,8	9,7
74	35.090	3.114,3	8,9
75	68.777	5.216,2	7,6
76	101.973	9.221,3	9,0
77	127.524	9.027,1	7,1
78	178.242	11.759,3	6,6
79	348.866	19.153,9	5,5
80	680.779	46.599,0	6,8
81		57.493,7	

Fonte: Total da região: Vide fonte: "Total de contratos", Tabela 5.

Pela extensão: Memória Siber/Sibrater (69/80). Os dados de 1981 são do Relatório/81, do Sibrater

Para a Região Nordeste/72, ver Associação Brasileira de Crédito de Assistência Rural 1974.

¹ Exclui São Paulo, por não ser área de atuação do Siber/Sibrater.

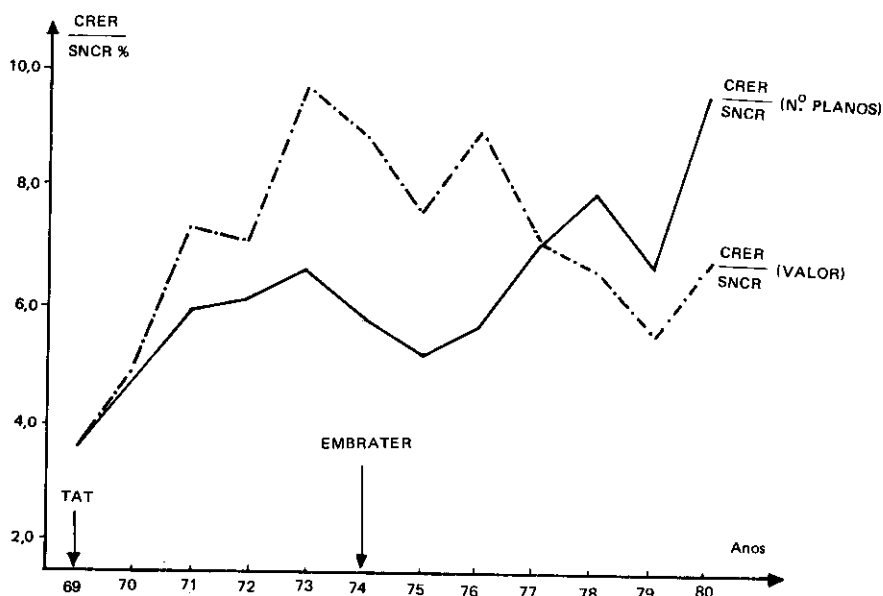
Nota: b/a em %.

18,3% contra 57,7% para o Nordeste, onde ocorre a maior instabilidade na conjugação (Tabela 9).

A difusão da tecnologia e a finalidade do crédito

O efeito diferencial das finalidades do Crédito Rural, conjugadas à assistência técnica constituiu preocupação do Serviço de Extensão Rural que, desde o início da aplicação da modalidade CRO, vem preferindo o investimento ao custeio. A noção de que o crédito de investimento, conjugado à assistência técnica permite,

FIG. 6. Evolução da relação entre planos e valor do Crédito Rural alocado pela Extensão Rural e o total do SNCR (%).



com maior intensidade a difusão e a adoção de tecnologia foi incorporado à própria legislação da época. Em 1969, “82,7% do crédito aplicado pelo SIBER destinou-se aos investimentos contra 17,2% aplicados em custeio... Isso indica que o Sistema de Extensão não assistiu operações de custeio, que, pela legislação em vigor, constituem a única modalidade de crédito que pode dispensar a assistência técnica. Os montantes aplicados em custeio se referem apenas à cobertura de despesas normais evidenciadas pelos projetos dos financiamentos tecnicamente assistidos” (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural 1969b:33-4).

Os dados disponíveis (Tabela 10) mostram que a relação Investimento/Custeio (I/C) para os projetos elaborados pela ER sempre foi maior do que para a massa total de contratos de todo o SNCR o que viria a confirmar o ponto de vista defendido pela ABCAR. Entretanto, no período 69/74, esta relação cai 50%, indo

TABELA 8. Valor relativo do plano médio de crédito rural elaborado pela Extensão Rural tomando como comparação o contrato médio de empréstimo de crédito rural de todo o sistema financeiro, por região, para 1969/81 (%).

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
69	16,3	130,3	147,2	57,1	123,1	100,0
70	18,9	129,0	150,0	65,0	122,6	104,3
71	29,2	150,0	175,0	65,1	149,2	123,7
72	35,5	148,1	178,0	69,6	145,2	116,4
73	50,8	150,0	206,7	87,5	196,9	147,0
74	58,8	146,3	224,7	108,1	204,8	153,4
75	76,3	173,4	175,3	114,3	160,0	146,2
76	82,2	203,0	182,6	80,0	265,4	157,9
77	84,2	96,3	115,3	75,0	212,5	101,4
78	89,1	63,3	82,4	75,9	266,7	83,5
79	88,0	74,1	100,0	51,7	186,8	82,1
80	113,3	69,1	66,4	55,6	110,7	70,8

Nota: Os resultados deste quadro representam o quociente entre o plano médio de CR, elaborado pela Extensão Rural (E) e o contrato médio de CR de todo o sistema Financeiro (F); $E_j / F_j \times 100$, onde i = ano
ou $\frac{E_j}{F_j} \times 100$ j = região
{N, NE, SE, S, CO, BR}.

TABELA 9. Estabilidade da conjugação do crédito à assistência técnica, por região, para 69/80.

Região	Média	Desvio-Padrão	Indicador da estabilidade (%) (Coeficiente de variação)
Norte	23,41	7,37	31,48
Nordeste	8,38	4,84	57,72
Sudeste	8,98	2,75	30,60
Sul	3,50	0,64	18,27
Centro-Oeste	5,28	1,44	27,26

Fonte: Tabela 6.

OBS.: Média, desvio-padrão e coeficiente de variação dos valores correspondentes à coluna b/a, Tabela 6.

TABELA 10. Relação entre valor do investimento e valor do custeio, ambos de crédito rural, aplicado por todo o sistema financeiro e pela Extensão Rural, por região; período 69/81.

Ano Região	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80 ²	81 ²
Norte													
Total	0,63	1,21	0,86	1,86	1,71	0,91	1,12	2,50	1,76	1,79	0,88	0,70	...
Extensão	0,74	1,16	1,29	1,93	2,92	1,12	2,43	1,08
Nordeste													
Total	1,08	0,67	1,04	1,01	0,99	1,04	1,10	1,22	0,86	0,85	0,98	0,67	...
Extensão	8,12	2,18	6,21	3,28	3,34	1,57	1,06	0,44
Sudeste¹													
Total	0,86	0,93	1,03	1,31	1,28	1,03	0,90	1,20	0,67	0,66	0,64	0,38	...
Extensão	4,43	3,50	2,26	1,74	2,59	2,57	0,66	0,32
Sul													
Total	0,49	0,54	0,62	0,61	0,57	0,52	0,62	0,51	0,35	0,36	0,31	0,18	...
Extensão	5,75	3,79	2,29	2,21	2,60	1,95	0,61	0,31
Centro-Oeste													
Total	0,84	0,93	0,85	1,39	1,59	0,98	0,75	1,13	0,68	0,73	0,75	0,40	...
Extensão	2,81	0,68	0,37	1,01	1,40	3,38	0,28
Brasil¹													
Total	0,68	0,68	0,79	0,89	0,88	0,75	0,77	0,84	0,55	0,56	0,53	0,36	...
Extensão ³	4,81	2,69	2,03	1,86	2,48	2,14	(7,81)	(2,75)	(0,74)	(1,22)	(1,50)	0,87	0,50

Fonte: Banco Central. Crédito Rural 1977/80. DERUR.

MA/Comcred. Crédito Rural 1969/76.

ABCAR. Síntese estatística 56/74, sendo que 1974, até junho.

¹ Exclui São Paulo

² A fonte para o caso de Extensão são os Relatórios Anuais de Atividades das Aster/Emater. Para 1980, falou informação do PA, RR, AM, PB, BA, ES, SC, PR, MS, MT, GO e DF. Para 1981, faltam dados da PB e ES.

³ De 1975 a 1979, a informação do crédito rural segundo a finalidade torna-se rara não só nos documentos de Embrater como nos das Emater. Os valores que aparecem entre parentes referem-se à média dos dados de apenas quatro associadas para 1975, 6 para 1976, 3 para 1977, 5 para 1978 e 2 para 1979.

desde 4,81 até 2,14. De forma surpreendente, no período 75/79, as estatísticas do agora SIBRATER não mais registram os dados de crédito rural de forma a permitir o cálculo da relação I/C. Somente a partir de 80, torna-se possível obter a relação, mesmo assim de forma precária. Entende-se que, de um lado, a Extensão Rural abandonou o princípio, até então adotado, de que existiria uma correlação mais forte entre investimento e difusão de tecnologia e, de outro, deve contrapor o argumento de que, durante toda a década de 70, de forma progressiva, o apelo ao uso de fertilizantes químicos, defensivos, herbicidas e sementes melhoradas, tornou-se dominante, sendo viabilizados pelo crédito rural na categoria de custeio. Desta forma, o custeio teria passado também, a apresentar correlação mais alta com introdução de tecnologia e, portanto, não haveria sentido em privilegiar o investimento. Ao lado disso, com o aumento da capitalização da agricultura, as relações de trabalho se alteram; assume expressividade o trabalho assalariado, o que, com muita probabilidade, aumenta os gastos com o custeio e sua proporção no crédito total.

Embora os dados de 80 e 81 sejam amostrais e para este primeiro ano a precariedade da informação não permita muita segurança para extrapolações, a verdade é que em 81 a tendência é claramente à reversão do quadro anterior, com predominância do custeio, com certeza muito afetada pelas restrições focalizadas para alocação de crédito. É possível considerar que a noção do investimento personificando a versão mais favorável para a difusão de tecnologia esteja associada a um determinado tipo de público, o de maior renda (em princípio proprietário com maior dimensão de área agricultável). Na medida em que a ênfase se desloca para o pequeno produtor e, em alguns casos, para o produtor não proprietário (como é o caso do POLONORDESTE), o crédito de custeio passa a ser o mais veiculado e também o mais importante. Em muitos casos este crédito de custeio permite acelerar a difusão de tecnologia, mesmo não permitindo o acesso do mutuário a máquinas, equipamentos e benfeitorias.

A TAT como fonte de recursos para a extensão rural²⁵

Os dados disponíveis, durante 69/81 (Tabela 11) indicam que para o Brasil, como um todo, os maiores valores ocorreram entre 1974 e 1977, coincidindo seu início com o fim da ABCAR. O decréscimo que se verifica a partir do ano de máximo valor (1974) não tem a mesma força que teve seu crescimento a partir de 1969. Mesmo assim é possível aceitar uma tendência decrescente. Excluindo a região Norte por conta da qualidade das informações, é a Sudeste que mais se destaca pelos

²⁵ A taxa de assistência técnica (TAT) representa a remuneração recebida pelas Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) pela elaboração de planos e

TABELA 11. Participação percentual da taxa de assistência técnica no orçamento total do Siber/Sibrater, período 69/81¹

Ano Regiões	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Norte	-	-	-	-	-	1,35 (2)	1,07 (2)	0,98 (3)	1,09 (3)	1,76 (3)	5,55 (2)	3,32 (2)	1,56 (2)
Nordeste	2,00 (5)	1,16 (5)	3,72 (7)	3,06 (7)	6,28 (7)	8,53 (7)	10,32 (7)	8,02 (7)	8,49 (7)	6,24 (7)	5,70 (8)	6,53 (7)	6,82 (7)
Sudeste	3,32 (2)	10,99 (2)	17,77 (2)	14,82 (2)	12,46 (2)	18,83 (2)	15,26 (2)	19,75 (2)	16,20 (2)	16,40 (2)	17,81 (2)	17,58 (2)	13,40 (2)
Sul	1,53 (3)	2,71 (3)	3,09 (3)	4,11 (3)	7,31 (3)	7,42 (3)	6,83 (3)	6,83 (3)	6,65 (3)	6,38 (3)	6,64 (3)	4,96 (3)	3,60 (3)
Centro-Oeste	10,52 (1)	6,67 (2)	4,72 (2)	9,78 (2)	14,53 (2)	17,08 (2)	12,29 (2)	18,18 (2)	16,06 (2)	14,17 (3)	16,18 (3)	13,65 (3)	14,86 (4)
Brasil	2,82 (11)	5,29 (12)	8,17 (14)	8,04 (14)	9,75 (14)	12,39 (16)	10,74 (16)	11,97 (17)	10,51 (17)	9,42 (18)	9,62 (18)	9,31 (17)	8,49 (18)

Fonte: EMATER

¹ Os números entre parênteses indicam a frequência dos informantes. Atualmente, seu total é de 25.

altos valores, seguida muito de perto pela Centro-Oeste. No primeiro caso, Minas Gerais ocupa posição de liderança na captação de recursos da TAT chegando a atingir valor superior a 20% por mais de uma vez. No segundo caso, o Mato Grosso no início da série e Goiás mais recentemente (a partir de 1977) explicam os altos valores obtidos nessa região, tendo sido alcançados índices superiores a 30%.

De toda maneira, os valores mais atuais para o País se situam ao redor de 8,9%. Se tivesse sido possível expurgar outras receitas próprias (p. ex. PROAGRO) da presente série, os valores apresentados seriam menores.

A TAT, a não ser de forma esporádica e em momentos determinados, não foi e não tem sido suficiente — e cada vez isso se torna mais verdadeiro — para servir como força expansionista do Sistema de Extensão Rural. A TAT sempre foi encarada como o capital de giro por excelência das ACAR/EMATER, aquele recurso próprio (“verba livre”) que cobria e cobre não só os sistemáticos atrasos de recebimento dos recursos para sua manutenção como também as tão comuns diferenças orçamentárias entre programação e execução. Nesta linha, um outro uso muito freqüente dos recursos próprios — a TAT incluída — tem sido em itens de infra-estrutura de serviço (veículos, máquinas de datilografia, de calcular e fotográficas, projetores de slides etc.), de forma a melhorar o desempenho do extensionista.

“Last but not least” — e a título de hipótese — poder-se-ia argumentar que, funcionando como fonte substituta de outras em atraso, a receita da TAT estaria, de forma indireta, ensejando crescimento proporcional no exercício seguinte, desde que as referidas fontes em atraso repassassem as parcelas contratadas anteriormente.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Neste trabalho procurou-se investigar a conjugação de crédito rural à assistência técnico governamental, representada pelo SIBER/EMBRATER. Ele fornece elementos empíricos e propõe interpretações ao ponto de vista de que a Extensão Ru-

subseqüente prestação de assistência técnica aos seus beneficiários. No orçamento da EMATER é classificada como Receita Própria e como tal de livre uso pelos administradores. Apesar de não ser indicador preciso do tempo gasto pelo Técnico Local em atividades creditícias, passa a ser vital já que a sua representatividade no orçamento vem sendo considerada a verdadeira medida do interesse da Extensão Rural em conjugar a assistência técnica ao crédito. As informações sobre TAT foram retiradas dos balanços e dos relatórios financeiros das EMATER. O orçamento tomado para a comparação foi sempre o da despesa efetivamente realizada no ano. A variável utilizada é, então TAT/ORÇ (%).

ral se vinculou de forma excessiva ao crédito rural. A motivação teria sido a receita daí proveniente e o efeito teria sido a queda de qualidade dos seus serviços.

A vinculação com o crédito é intensamente desejada pela Extensão Rural no seu início, quando prevalecia o CRS. Desde cedo, o crédito foi visto como o instrumento por excelência para favorecer a adoção de tecnologia pelo produtor. É com essa noção que, de dentro da própria Extensão, se descortina uma interação mais ampla com o crédito que, a partir dos anos 60, se acentua em direção ao CRO. Há intensa participação da extensão na moldagem do SNCR e, mesmo posteriormente, a influência da ABCAR nas normas do Banco Central a respeito é conhecida. O movimento executado pela Extensão Rural em direção a uma profunda vinculação com o crédito encontra seu desaguadouro natural na década de 70, tendo como pano de fundo a política de modernização agrícola e como atores coadjuvantes os programas especiais, a ênfase aos grandes produtores, a concentração de esforços em produtos prioritários e o apelo sobretudo à produção e à produtividade. O alinhamento da Extensão Rural à política prevalecente se torna mais completo com a ida da ABCAR para a órbita do Estado e com sua posterior transformação em empresa pública.

A despeito da força do argumento do crédito como o “vilão da história” mais recente da Extensão Rural, a estratégia de ocupação espacial posta em prática pelo Sistema também contribuiu em muito para configurar a situação diagnosticada, especialmente o individualismo dominante na Extensão. Ao que tudo indica o crescimento horizontal da Extensão Rural sempre foi colocado como uma “situação criada” a fim de aumentar sua própria dotação orçamentária e de garantir sua existência como instituição, o que não exaure o uso de outros expedientes paralelos para tanto. Neste sentido o padrão de crescimento horizontal nunca facilitou o trabalho grupal. Neste contexto, o reforço ao uso do crédito rural como instrumento se encaixa de forma perfeita.

Alguns indicadores refletem as transformações pelas quais passou a Extensão Rural. De uma proporção considerada naquela ocasião ideal de 1:1 entre técnicos locais da área agropecuária e da área social evoluiu-se para a média de 0,82:0,18, para o Brasil, em 1981. No Centro-Oeste, esta proporção alcança 0,92:0,08 chegando ao ponto de uma Associada ter eliminado todos os técnicos da área social dos quadros da empresa. Com isso, o trabalho social é deslocado para plano secundário.

O esforço na elaboração de projetos de crédito dado pela relação PLAN/A revela um período de baixa “produtividade” localizada na primeira metade dos

anos 70, quando predominaram os grandes produtores e projetos complexos. A partir de 76/77, com o esgotamento progressivo destes programas e com a abertura em direção aos pequenos produtores (POLONORDESTE, INAN/EMBRATER), cresce novamente a relação PLAN/A mas agora com mais peso para o custeio ao invés do investimento, como na fase precedente. Este é o indicador mais destacável para mostrar a retomada com os pequenos produtores, se bem que mais recentemente tenha havido retração nos créditos de investimento e pecuária. Ao lado disso, destaca-se o que foi chamado de "fetichismo do projeto", no sentido de sua deificação pela categoria técnica.

A abrangência da conjugação do crédito à assistência técnica no SIBER/SIBRATER — tomando como base o número de estabelecimentos do País — alcança seu ponto máximo em 1980, 4%. Dados o esforço desmedido da Extensão Rural no sentido de generalizar tal conjugação, as novas diretrizes em relação aos pequenos produtores e as medidas desburocratizantes do crédito é bem plausível tomar este número como o indicador de uma faixa máxima na qual o sistema conseguiria se manter. Isto revela que a Extensão Rural terá o crédito sempre numa escala demonstrativa. Em relação ao crédito total do SNCR, o conjunto de órgãos públicos (SIBRATER, CEPLAC, DNOCS, CODEVASF, CATI, IRGA, RURALMINAS e outros) e das EPAT deve participar em 50%. O SIBRATER isolado não responde por 10%. Tanto os 4% da abrangência quanto a participação com 10% representam uma espécie de "sonho acabou" da tentativa de generalizar tanto a conjugação quanto a tecnificação do crédito. Mais uma vez prevalece a escala demonstrativa. Ao lado disso a representatividade da TAT no orçamento das empresas de Extensão Rural também se situa na mesma ordem de grandeza. Os valores alinhados, excetuado casos excepcionais, demonstram que a resposta da receita proveniente da TAT esteve aquém da motivação em alargar as fronteiras para o crédito, apesar de ter sido usada como um recurso estratégico dado tanto à insuficiência de fundos quanto aos atrasos de recebimento de recursos.

Do ponto de vista regional, o Sul se destaca como aquela região onde as influências foram não só menos contundentes mas também mais defasadas. Já o Nordeste apresenta a característica de uma relativa "instabilidade" ou grande permeabilidade às influências das políticas, com alternância de ênfases bem distintas. O Norte é uma região em formação e não se pode ainda apurar uma tendência clara; no Centro-Oeste ocorreu de forma mais intensa a ação pelo grande produtor. O Sudeste não ofereceu destaque algum em particular ou é a conjugação de tendências variadas.

A partir das próprias constatações, as perspectivas de ampliar a conjugação do crédito rural com a assistência técnica, não são nada favoráveis. O SIBRATER jogou-se de "corpo e alma" na vinculação ao crédito para conseguir tão somente 10% de seus beneficiados assistidos técnica e crediticiamente.

A partir das mais recentes resoluções desburocratizantes que tentam tirar do SNCR a responsabilidade de aplicação da tecnologia agropecuária no processo produtivo e da própria conjuntura econômico-financeira do País refletindo-se na eliminação de subsídios à agricultura sob forma de taxas de juros reais negativas, é irreal imaginar ganho de terreno para a conjugação do crédito com a assistência técnica do SIBRATER.

Com isso ficam as seguintes certezas:

- a) do ponto de vista do SIBRATER o crédito rural deveria ser visto pelo prisma da qualidade e não pelo da quantidade. Isto implicaria adotar diretrizes de trabalho de forma a assegurar que os extensionistas pudessem utilizar tal instrumento como **elemento demonstrativo**. Imagina-se, para tanto, que a nível local, o extensionista em conjunto com os agentes financeiros escolheria dentre seu público aqueles agricultores com melhores condições para ações de efeito demonstrativo;
- b) a liberação do extensionista das atividades ligadas ao crédito rural enseja uma oportunidade para o aprimoramento técnico, tanto na dimensão tecnológica quanto de metodologia. Persistindo a ênfase aos pequenos produtores, pela via da participação a Extensão Rural teria, pois, melhores condições de viabilizar sua faceta de serviço redistributivista;
- c) a estimativa do crédito tecnificado alcançar 50% e a responsabilidade em coordenar o setor das EPAT, cuja participação é de, pelo menos, 1/4 no total do crédito rural do País, sugere que por aí o SIBRATER poderia desempenhar papel de importância para tornar mais efetivas as vantagens conhecidas e aceitas da conjugação da assistência técnica ao crédito rural.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.R. de A. *An economic evaluation of an extension program, Minas Gerais, Brazil*. Purdue University, 1968. Tese Mestrado.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro, RJ. **Relatório das atividades 1965.** Rio de Janeiro, 1966. 50p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro, RJ. **Relatório das principais atividades, 1963.** Rio de Janeiro, 1964. 63p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro, RJ. **Relatório de atividades 1967.** Rio de Janeiro, 1968. 20p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro, RJ. **Relatório de atividades 1968.** Rio de Janeiro, 1969a. 37p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro, RJ. **Relatório descritivo das atividades do Sistema Brasileiro de Extensão Rural no decorrer de 1969.** Rio de Janeiro, 1969b. 1v. Mimeografado.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL, Rio de Janeiro, RJ. **Síntese estatística; 1956-1974.** Rio de Janeiro, 1974. 79p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito rural 1977/80; dados estatísticos.** Brasília, 1980. 1v.
- BRANDEMBURG, A. & HENDERIKX, E.M.G.J. **Referencial para atuação com categorias de produtores na extensão rural do Paraná.** Curitiba, EMATER-PR/ACARPA, 1981. 54p.
- BRASIL, Ministério da Agricultura. CONCRED. **Crédito rural, 1967/76.** Brasília, s.d. 1v.
- BRASIL, Ministério da Agricultura. SUPLAN. **Carne.** Brasília, 1974. Subsídio do II PND.
- BRASIL, Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972/1974.** Brasília, 1971. 77p.
- BRASIL, Presidência da República. **II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975/1979.** Brasília, 1974. 14p.
- BRASIL, Presidência da República. **III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1980/85.** Brasília, 1979. 97p.
- BUENO, R. O sanduiche agrícola; quem vai comer são as multinacionais. In: _____ . **O ABC do entreguismo no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1980. p.85-95.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF. **Desempenho do sistema EMBRATER; relatório do exercício - 1981.** Brasília, 1982a. 23p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF. **Marco geral de referências; estrutura operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho.** Brasília, 1975a. 1v.

- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF.
Memória Siber/Sibrater. Brasília, 1982b. 1v.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF.
Pronater/80. Brasília, 1979. 1v.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF.
Registro da memória histórica e técnica da extensão rural no Brasil; depoimentos orais -
8.º depoimento José Alfredo Amaral de Paula, por Romeu Padilha de Figueiredo. Belo
Horizonte, 1981. 88p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Brasília, DF.
Relatório financeiro da EMBRATER/75/81. Brasília, 1975b. 1v.
- FUNDAÇÃO IBGE, Rio de Janeiro, RJ. **Anuário estatístico.** Rio de Janeiro, 1981. p.306-7.
- GRIFFIN, K. **The green revolution; an economic analysis.** Geneva, UNRISD, 1972. 1v.
- GUIMARÃES, A.P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1980. 1v.
- PINTO, L.C.G. **Notas sobre política agrícola e crédito rural.** Campinas, s.ed., 1980. 344p.
Versão preliminar.
- REVISTA DE EXTENSÃO RURAL. Rio de Janeiro, v.1/6, 1966/71.
- RIBEIRO, J.P. & WHARTON JUNIOR, C.R. O Programa ACAR em Minas Gerais, Brasil. In:
ARAÚJO, P.F.C. & SCHUH, G.E. **Desenvolvimento da agricultura;** educação, pesquisa e
assistência técnica. São Paulo, Pioneira, 1975. p.141-66.
- SILVA, J.T. da. Crédito rural educativo e seus problemas; uma proposição para estudos. **R.
Econ. Rural,** Brasília, 16(4):60-76, out./dez. 1978.
- WILKINSON, J. **The state, agroindustry, and small farmer modernization.** Liverpool, 1982.
270p. Tese Doutorado.
- WORLD BANK. **Rural development programs for Brasil's northeast, an interim assessment;**
report m.3.939-BR. s.l., 1982.

A CONJUGAÇÃO DO CRÉDITO RURAL

ANEXO

Cronologia dos instrumentos que definem a remuneração da assistência técnica na orientação e elaboração de projetos e planos de créditos rural

Ano	Instrumento e data	Remuneração	
		Orientação (ou assistência) técnica	Estudos técnicos (projetos integrado, projeto ou plano)
69 ¹	C.C. 8 de 25/3/69	não excede a 1% do valor de crédito aberto, durante o primeiro período de vigência do contrato, nem a 1% valor do saldo de capital, no início dos períodos subsequentes.	
74	C.C. 109 de 20/2/74	Não poderá exceder: . 1% do valor do crédito, no ato de sua abertura. . 1% a.a. sobre os saldos devedores apresentados pela conta vinculada após o 1.º ano de vigência de operação, exigível à mesma época dos encargos financeiros.	
77 ²	Polamazônia (jan./77)	Não poderá exceder: . 2% do valor do crédito, no ato de sua abertura. . 2% a.a. sobre saldos devedores.	. até 1000 MVR (investimento + custeio 1.º ano) 2% . maior que 1000 MVR 1%
79	C.C. 331, de 27/6/79	Crédito Grupal: - 0,3% do valor nominal do crédito, no ato da sua abertura. - 0,3% a.a. sobre os saldos devedores.	não remunerada
		Inova na introdução do crédito grupal	
	Res. 580, de	. Idem C.C. 109 de 1974	a) projetos integrados ou projeto até 1000 MVR (valor do orçamento) 2% parcela excedente aos 1000 MVR 1% b) planos 1% c) planos para crédito grupal nihil
		Inova ao exigir obrigatoriedade de projeto integrado, projeto e plano só para propostas superiores a 500 MVR e algumas outras situações particulares.	

ANEXO Continuação.

Ano	Instrumento e data	Remuneração	
		Orientação (ou assistência) técnica	Estudos técnicos (projeto integrado, projeto ou plano)
80	CIR. 501, de 11/02/80	. Crédito Grupal - Idem C.C. 331, de 27/6/79 . Demais casos - Idem C.C. 109, de 1974	Idem Res. 580, de 1979
	CIRC. 552, de 11/7/70 ³	Elimina a remuneração da assistência técnica e da elaboração de projetos e planos para o Polonordeste.	
81	CIR. 637, de 1/6/81	- Não trata do crédito grupal - Nos demais casos, vale situação regulamentada para o POLAMAZÔNIA em 1977.	O custo da elaboração do plano ou projeto será coberto pela remuneração proveniente da orientação técnica a nível de imóvel. Quando a assistência técnica for dispensada, a elaboração do plano será remunerada na base de 0,5% do valor da proposta.
		Inova na remuneração da orientação técnica ao generalizar a regra até então válida para os programas especiais do tipo Polamazônia e Polocentro.	
	CIRC. 647, de 28/07/81	. Crédito Grupal . Idem CIRC. 501, de 1980 . Demais Casos . 2% do valor nominal do crédito no ato de sua abertura . 2% a.a. sobre os saldos devedores.	a) projeto integrado ou projeto . 0,5% do valor da proposta ainda sob exame. . 0,5 do saldo devedor da conta vinculada em curso. b) plano 1% c) planos para crédito grupal nihil Obs.: A remuneração pela elaboração só se verificará se for dispensada a orientação técnica.
82	CIRC. 706, de 21/6/82	Elimina a obrigatoriedade da elaboração de planos de custeio para culturas amparadas com VBC.	

¹ Antes de 1969, existiam convênios específicos entre as ACAR/ANCAR e os agentes financeiros, cada um elaborado de forma isolada, sem padronização.

² Estas condições também foram válidas para Polocentro, Propec.

³ Também verificada para Procanor, Projeto Sertanejo, Probor.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

A	- Técnicos de Nível Local, da Área Agropecuária
A/E	- Técnicos Locais da Área Agropecuária/Escritórios Locais
A/T	- Técnicos de Nível Local da Área Agropecuária/Total de Técnicos de Nível Local
ABCAR	- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	- Associação de Crédito e Assistência Rural
ANCAR	- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
BEN	- Beneficiários da Extensão Rural (Produtores)
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CATI	- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEPLAC	- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Codevasf	- Coordenadoria de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
Condepe	- Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
CR	- Crédito Rural
CRER	- Crédito Rural Alocado Via Extensão Rural
CRO	- Crédito Rural Orientado
CRS	- Crédito Rural Supervisionado
DNOCS	- Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DNPEA	- Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agrícola
Emater	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAT	- Empresas Privadas de Assistência Técnica
ER	- Extensão Rural
Esloc	- Escritórios Locais
Funagri	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Agricultura
Irga	- Instituto Riograndense do Arroz
INAN	- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
I/C	- Investimento/Custeio
Mun	- Municípios

M/E	- Municípios/Escritórios Locais
Orç	- Orçamento Total
PIN	- Programa de Integração Nacional
Polocentro	- Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
Polamazônica	- Programa de Desenvolvimento da Região Amazônica
Proagro	- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Probor	- Programa de Incentivo à Produção da Borracha Natural
Procanor	- Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
Propec	- Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
Proterra	- Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste
Ruralminas	- Fundação Rural Mineira
Sertanejo	- Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste
Siber	- Sistema Brasileiro de Extensão Rural
Sibrater	- Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SNCR	- Sistema Nacional de Crédito Rural
Sudene	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAT	- Taxa de Assistência Técnica
VBC	- Valor Básico de Custeio